



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ÍNDICE DO REGIMENTO INTERNO

SUMÁRIO

TÍTULO I – Da Câmara Municipal	
Capítulo I – Das Funções da Câmara	04
Capítulo II – Da Instalação	05
TÍTULO II – Da Mesa	
Capítulo I – Da Eleição da Mesa	06
Capítulo II	
Seção I – Das Atribuições da Mesa	07
Seção II – Das Atribuições do Presidente	09
Subseção Única – Da Forma dos Atos do Presidente	13
Seção III – Das Atribuições do Vice-Presidente	14
Seção IV – Dos Secretários	14
Seção V – Das Contas da Mesa	15
Capítulo III – Da Substituição da Mesa	15
Capítulo IV – Da Extinção do Mandato da Mesa	16
Seção I – Disposições Preliminares	16
Seção II – Da Renúncia da Mesa	16
Seção III – Da Destituição da Mesa	16
TÍTULO III – Do Plenário	
Capítulo I – Da Utilização do Plenário	18
Capítulo II – Dos Líderes e Vice-Líderes	20
TÍTULO IV – Das Comissões	
Capítulo I – Disposições Preliminares	21
Capítulo II – Das Comissões Permanentes	22
Seção I – Da Composição das Comissões Permanentes	22
Seção II – Da Competência das Comissões Permanentes	23
Seção III – Dos Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários das Comissões Permanentes	27
Seção IV – Das Reuniões	28
Seção V – Dos Trabalhos	29
Seção VI – Dos Pareceres	30
Seção VII – Das Vagas, Lideranças e Impedimentos nas Comissões Permanentes	31
Capítulo III – Das Comissões Temporárias	32
Seção I – Disposições Preliminares	32
Seção II – Das Comissões de Assuntos Relevantes	32
Seção III – Das Comissões de Representação	33
Seção IV – Das Comissões Processantes	34
Seção V – Das Comissões Parlamentares de Inquérito	34
TÍTULO V – Das Sessões Legislativas	
Capítulo I – Das Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias	36
Seção I – Disposições Preliminares	36
Seção II – Da Duração e Prorrogação das Sessões	37
Seção III – Da Suspensão e Encerramento das Sessões	37
Seção IV – Da Publicidade das Sessões	38
Seção V – Das Atas das Sessões	38



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção VI – Das Sessões Ordinárias	39
Subseção I – Disposições Preliminares	39
Subseção II – Do Expediente	39
Subseção III – Da Ordem do Dia	41
Subseção IV – Da Explicação Pessoal	43
Seção VII – Das Sessões Extraordinárias na Sessão Legislativa Ordinária	43
Seção VIII – Da Sessão Legislativa Extraordinária	44
Seção IX – Das Sessões Secretas	45
Seção X – Das Sessões Solenes	45

TÍTULO VI – Das Proposições

Capítulo I – Disposições Preliminares	45
Seção I – Da Apresentação das Proposições	46
Seção II – Do Recebimento das Proposições	46
Seção III – Da Retirada da Proposição	47
Seção IV – Do Arquivamento e do Desarquivamento	47
Seção V – Do Regime de Tramitação das Proposições	48
Capítulo II – Dos Projetos	49
Seção I – Disposições Preliminares	49
Seção II – Do Projeto de Emenda à Lei Orgânica	49
Seção III – Dos Projetos de Lei	50
Seção IV – Dos Projetos de Decreto Legislativo	51
Seção V – Dos Projetos de Resolução	51
Subseção Única – Dos Recursos	52
Capítulo III – Dos Substitutivos, Emendas e Subemendas	52
Capítulo IV – Dos Requerimentos	53
Capítulo V – Das Indicações	55
Capítulo VI – Das Moções	55

TÍTULO VII – Do Processo Legislativo

Capítulo I – Do Recebimento e Distribuição das Proposições	56
Capítulo II – Dos Debates e das Deliberações	57
Seção I – Disposições Preliminares	57
Subseção I – Da Prejudicabilidade	57
Subseção II – Do Destaque	57
Subseção III – Da Preferência	57
Subseção IV – Do Pedido de Vista	58
Subseção V – Do Adiamento	58
Seção II – Das Discussões	58
Subseção I – Dos Apartes	59
Subseção II – Dos Prazos das Discussões	60
Subseção III – Do Encerramento e da Reabertura da Discussão	60
Seção III – Das Votações	60
Subseção I – Disposições Preliminares	60
Subseção II – Do Encaminhamento da Votação	61
Subseção III – Dos Processos de Votação	61
Subseção IV – Do Adiamento da Votação	62
Subseção V – Da Verificação da Votação	62
Subseção VI – Da Declaração de Voto	63
Capítulo III – Da Redação Final	63
Capítulo IV – Da Sanção	63
Capítulo V – Do Veto	64
Capítulo VI – Da Promulgação e da Publicação	64



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Capítulo VII – Da Elaboração Legislativa Especial	65
Seção I – Dos Códigos	65
Seção II – Do Processo Legislativo Orçamentário	66
TÍTULO VIII – Da Participação Popular	
Capítulo I – Da Iniciativa Popular no Processo Legislativo	68
Capítulo II – Das Audiências Públicas	69
Capítulo III – Das Petições, Reclamações e Representações	70
Capítulo IV – Da Tribuna Livre	70
Capítulo V – Do Plebiscito e do Referendo	71
TÍTULO IX –	
Do Julgamento das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara	
Capítulo Único – Do Procedimento do Julgamento	72
TÍTULO X – Da Secretaria Administrativa	
Capítulo I – Dos Serviços Administrativos	73
Capítulo II – Dos Livros Destinados aos Serviços	74
TÍTULO XI – Dos Vereadores	
Capítulo I – Da Posse	75
Capítulo II – Das Atribuições do Vereador	75
Seção I – Do Uso da Palavra	76
Seção II – Do Tempo do Uso da Palavra	77
Seção III – Da Questão de Ordem	77
Capítulo III – Dos Deveres do Vereador	78
Capítulo IV – Das Proibições e Incompatibilidades	79
Capítulo V – Dos Direitos do Vereador	79
Seção I – Da Remuneração e da Verba de Representação	80
Subseção I – Da Remuneração dos Vereadores	80
Seção II – Das Faltas e Licenças	80
Capítulo VI – Da Substituição	81
Capítulo VII – Da Extinção do Mandato	82
Capítulo VIII – Da Cassação do Mandato	83
Capítulo IX – Do Suplente de Vereador	84
Capítulo X – Do Decoro Parlamentar	84
TÍTULO XII – Do Prefeito e Vice-Prefeito	
Capítulo I – Da Posse	85
Capítulo II – Da Remuneração	85
Capítulo III – Das Licenças	86
Capítulo IV – Da Extinção do Mandato	86
Capítulo V – Da Cassação do Mandato	87
TÍTULO XIII – Do Regimento Interno	
Capítulo Único – Dos Precedentes Regimentais e Reforma do Regimento	90
TÍTULO XIV – Disposições Finais	
Ato da Mesa nº 014/2008 – Consolida o Regimento Interno da Câmara Municipal	90



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

RESOLUÇÃO Nº 060/91

(CONSOLIDADA ATÉ A EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO N.º 212, DE 09/12/2020).

Dispõe sobre o Regimento Interno da
Câmara Municipal de Jaguariúna.

Ana Salete de Oliveira Cavalcanti, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

TÍTULO I Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I Das Funções da Câmara

Art. 1º - A Câmara Municipal é o órgão legislativo e fiscalizador do Município, com atribuições definidas na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

Art. 2º - A Câmara compõe-se de Vereadores eleitos nas condições e termos da legislação vigente e tem sua sede nesta cidade.

Art. 3º - A Câmara tem funções legislativas, exerce atribuições de fiscalização externa, financeira e orçamentária de controle e de assessoramento dos atos do Executivo e pratica atos de administração interna.

§ 1º - A função legislativa consiste em deliberar por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município.

§ 2º - A função de fiscalização, correspondendo a contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, como segue:

1-apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito;

**Item 1 § 2º com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

2- acompanhamento das atividades financeiras do Município;

3- julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e as contas daquelas que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

§ 3º - A função de controle é de caráter político administrativo e de exercer sobre o Prefeito, Vice-Prefeito, Subprefeitos, Secretários Municipais, Mesa do Legislativo e Vereadores, mas não se exerce sobre os agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica.

§ 4º - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações e ofícios.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 5º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

CAPÍTULO II **Da Instalação**

Art. 4º - A Câmara Municipal instalar-se-á no dia 1º de janeiro de cada legislatura, às 10:00 horas, em sessão solene, independente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos e dará posse ao Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores.

Art. 5º - O Prefeito, Vice Prefeito e os Vereadores eleitos, deverão apresentar seus diplomas, juntamente com a Declaração de Bens, à Secretaria Administrativa da Câmara, antes da sessão de instalação.

Art. 6º - Na sessão solene de instalação observar-se-á o seguinte procedimento:

I - O prefeito e os vereadores deverão apresentar documento comprobatório da desincompatibilização, até 10 (dez) dias após a diplomação, sob pena de extinção do mandato;

II - O Vice-Prefeito apresentará documento comprobatório de desincompatibilização antes do momento em que assumir o exercício do cargo de Prefeito;

III - Os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após prestarem o compromisso, lido pelo Presidente, nos seguintes termos: "*Prometo exercer, com dedicação e lealdade, o meu mandato, manter e cumprir a Constituição, observar as leis, defendendo os interesses do Município de Jaguariúna e o bem de sua população*".

Alínea única - Ato contínuo, em pé, os demais Vereadores dirão: "*Assim o prometo*".

IV - O Presidente convidará, a seguir, o Prefeito e o Vice Prefeito, eleitos e regularmente diplomados, a prestarem o compromisso a que se refere o inciso anterior e os declarará empossados;

V - Poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito."

***Incisos I, II e V do Art. 6º com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.**

Art. 7º - Na hipótese de a posse não se verificar na data prevista no artigo anterior, a mesma deverá ocorrer:

I - Dentro de quinze dias a contar da referida data, quando se tratar de Vereador, salvo motivo justo aceito pela maioria absoluta;

II - Dentro do prazo de dez dias da data fixada para a posse, quando se tratar de Prefeito e Vice Prefeito, salvo motivo justo, aceito pela Câmara;

III - Na hipótese de não realização de sessão ordinária ou extraordinária nos prazos indicados neste artigo, a posse poderá ocorrer na Secretaria da Câmara perante o Presidente ou seu substituto legal, observados os demais requisitos, devendo ser prestado o compromisso na primeira sessão subsequente;

IV - prevalecerão, para os casos de posse superveniente ao início da legislatura, seja de Prefeito, Vice Prefeito ou Suplente de Vereador, os prazos e critérios estabelecidos neste artigo.

Art. 8º - O exercício do mandato dar-se-á, automaticamente, com a posse, assumindo o Prefeito, todos os direitos e deveres inerentes ao cargo.

Parágrafo Único - A transmissão do cargo, quando houver, dar-se-



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

á, no Gabinete do Prefeito, após a posse.

Art. 9º - A recusa do Vereador eleito a tomar posse, importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente da Câmara, após o decurso do prazo, estipulado no art. 7º, inciso I, declarar extinto o mandato e convocar o respectivo suplente.

Art. 10 - Enquanto não decorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

Art. 11 - A recusa do Prefeito eleito a tomar posse, importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente da Câmara, após o decurso do prazo estabelecido no art. 7º, inciso II, declarar a vacância do cargo.

§ 1º - Ocorrendo a recusa do Vice Prefeito a tomar posse, observar-se-á o mesmo procedimento previsto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Ocorrendo a recusa do Prefeito e do Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara deverá assumir o cargo de Prefeito, até a posse dos novos eleitos.

TÍTULO II **Da Mesa**

CAPÍTULO I **Da Eleição da Mesa**

Art. 12 - Logo após a posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, proceder-se-á, ainda sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, à eleição dos membros da Mesa da Câmara.

Parágrafo Único - Na eleição da Mesa, o Presidente em exercício tem direito a voto.

Art. 13 - A Mesa da Câmara Municipal será eleita para um mandato de dois anos consecutivos, vedada a reeleição para o mesmo cargo, para o biênio subsequente, da mesma legislatura.

**Artigo 13 com redação dada pela Resolução n.107, de 08/12/00.*

Art. 14 - A Mesa da Câmara compor-se-á do Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários.

Art. 15 A eleição da Mesa será preferencialmente de forma eletrônica ou digital, salvo deliberação contrária do Plenário.

§1º A eleição da mesa será em votação aberta e por maioria simples de votos, presente, pelo menos a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§2º Na composição da Mesa é assegurada, na medida do possível, a participação proporcional dos partidos com representação na Câmara Municipal.

** Art. 15º com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 16 - Na eleição da Mesa, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - realização, por ordem do Presidente, da chamada regimental, para verificação do "quorum" (maioria absoluta);

II - Será observada a maioria simples de votos em única votação;

III - registro, junto à Mesa, individualmente ou por chapa de candidatos;

IV - Alimentação do Sistema, com a indicação dos nomes dos candidatos ou chapa de candidatos e respectivos cargos;

V- Leitura, pelo Presidente, dos nomes dos votados para os respectivos cargos;

VI - Redação pelo Secretário e leitura pelo Presidente do resultado da eleição na ordem decrescente dos votos;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

VII - Ocorrendo empate, será realizada segunda votação com as chapas mais votadas ou com os vereadores, para cada cargo, mais votados que tenham igual número de votos;

VIII - Persistindo o empate, será declarado eleito, para cada cargo, o Vereador mais votado na eleição Municipal;

IX - Proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

X - redação, pelo Secretário e leitura pelo Presidente do resultado da eleição na ordem decrescente dos votos;

XI - ocorrendo empate, proceder-se-á a segundo escrutínio com os Vereadores mais votados, para cada cargo, que tenham igual número de votos;

XII - persistindo o empate, será declarado eleito, para cada cargo, o Vereador mais votado na eleição Municipal;

XIII - proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos;

**Incisos II, IV ao XI com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 17 - Na hipótese de não se realizar a sessão ou a eleição por falta de número legal, quando do início da legislatura, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

Parágrafo Único - Observar-se-á o mesmo procedimento na hipótese de eleição anterior nula.

Art. 18 - Na eleição para renovação da Mesa, a ser realizada sempre na última sessão ordinária do segundo ano de cada legislatura, em horário regimental, observar-se-á o mesmo procedimento deste capítulo, considerando-se automaticamente empossados os eleitos, em 1º de janeiro do ano subsequente, que deverão assinar o respectivo termo de posse em solenidade que acontecerá no 1º dia útil do ano na Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Caberá ao Presidente, cujo mandato se finda, ou ao seu substituto legal, proceder à eleição para a renovação da Mesa, convocando sessões diárias, se ocorrer a hipótese prevista no artigo anterior.

**Caput do Art. 18 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

CAPÍTULO II

Seção I

Das Atribuições da Mesa

Art. 19 - À Mesa, na qualidade de órgão diretor, incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

Art. 20 - Compete à Mesa, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador na matéria, no que lhe couber, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por Resolução da Câmara, ou delas implicitamente decorrentes:

I - propor projetos de lei nos termos do que dispõe o art. 61 "caput" da Constituição Federal e art. 30 da Lei Orgânica Municipal;

a) criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos ou funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

b) fixação da remuneração dos Vereadores e do Presidente da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Câmara, para a legislatura subsequente, até 90 (noventa) dias das eleições Municipais;

II - propor projetos de decreto legislativo dispondo sobre:

a) licença do Prefeito para afastamento do cargo;

b) autorização ao Prefeito para, por necessidade de Serviço, ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

c) fixação da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito para a legislatura subsequente, até 90 (noventa) dias antes das eleições municipais.

III - propor projetos de resolução dispondo sobre:

a) sua organização, funcionamento e política interna.

b) fixação da remuneração dos Vereadores e a Verba de representação do Presidente da Câmara, para a legislatura subsequente, até 90 (noventa) dias antes das eleições Municipais;

IV - propor ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria;

V - promulgar emendas à LOM;

VI - conferir a seus membros atribuições ou encargos referentes aos serviços legislativos ou administrativos da Câmara;

VII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;

VIII - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito perante a comunidade;

IX - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial ou extrajudicial de Vereador, contra a ameaça ou a prática de ato atentatório ao livre exercício e às prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar;

X - apreciar e encaminhar pedidos escritos de informação ao Prefeito e aos Secretários Municipais;

XI - declarar a perda de mandato de Vereador, nos termos do art. 23, § 3º da Lei Orgânica Municipal;

XIII - apresentar ao Plenário, na sessão de encerramento do seu mandato, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre o seu desempenho;

XIV - sugerir ao Prefeito, através de Indicação, a propositura de projeto de lei que disponha sobre abertura de créditos suplementares ou especiais;

XV - elaborar e encaminhar ao Prefeito até 15 de agosto, a proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída na proposta do Município e fazer, mediante ato, a discriminação analítica das dotações respectivas, bem como alterá-las, quando necessário;

XVI - se a proposta não for encaminhada no prazo previsto no inciso anterior será tomado como base o orçamento vigente para a Câmara municipal;

XVII - suplementar, mediante ato, as dotações orçamentárias da Câmara, observado o limite da autorização constante de lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações;

XVIII - devolver à Fazenda Municipal, até o dia 31 de dezembro, o saldo de numerário que lhe foi liberado durante o exercício;

XIX - designar, mediante ato, Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal;

XX- abrir, mediante ato, sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;

XXI- atualizar, mediante ato, a remuneração dos Vereadores, nas épocas e segundo os critérios estabelecidos no ato fixador;

XXII- assinar autógrafos dos projetos de lei destinados à sanção e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

promulgação pelo Chefe do Executivo;

XXIII – assinar as Atas das sessões da Câmara;

XXIV- admitir, exonerar, remover ou readmitir funcionários e servidores da Câmara Municipal;

§ 1º - Os atos administrativo da Mesa serão numerados em ordem cronológica, com renovação a cada legislatura.

§ 2º - A recusa injustificada de assinatura dos atos da Mesa, autógrafos e outras matérias de sua competência, ensejará o processo de destituição do membro faltoso.

**Incisos XIV, XIX ao XXIV com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 21 - As decisões da Mesa serão tomadas por maioria de seus membros.

Parágrafo único. Em caso de empate nas decisões, o Presidente da Câmara terá voto de desempate.

**Parágrafo único do Art. 21 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção II **Das Atribuições do Presidente**

Art. 22 - O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, competindo-lhe as funções administrativas e diretivas internas, além de outras expressas neste Regimento ou decorrentes da natureza de suas funções e prerrogativas.

Art. 23 - Ao Presidente da Câmara compete, privativamente:

I - Quanto as sessões:

a) presidi-las, suspendê-las ou prorrogá-las, observando e fazendo observar as normas vigentes e as determinações deste Regimento;

b) determinar aos secretários a leitura da Ata e das comunicações dirigidas à Câmara, quando requeridas;

c) determinar de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;

d) declarar a hora destinada ao Expediente, à Ordem do Dia e à 2Explicação Pessoal e os prazos facultados aos oradores;

e) enunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;

f) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;

g) advertir o orador ou aparteante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que seja ultrapassado o tempo regimental;

h) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias assim exigirem;

i) chamar a atenção do orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;

j) decidir sobre o impedimento de Vereador para votar;

k) anunciar o resultado da votação e declarar a prejudicialidade dos projetos por esta alcançados;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- l) decidir as questões de ordem e as reclamações;
 - m) anunciar o término das sessões, avisando, antes, aos Vereadores, sobre a sessão seguinte;
 - n) convocar as sessões da Câmara;
 - o) presidir a sessão ou sessões de eleição da Mesa do período seguinte;
 - p) comunicar ao Plenário a declaração da extinção do mandato do Prefeito ou de Vereador, na primeira sessão subsequente à apuração do fato, fazendo constar da Ata a declaração e convocando imediatamente o respectivo suplente, no caso de extinção de mandato de Vereador.
 - q) presidir a sessão ou sessões de eleição da Mesa do período seguinte;
 - r) comunicar ao Plenário a declaração da extinção do mandato do Prefeito ou de Vereador, na primeira sessão subsequente à apuração do fato, fazendo constar da Ata a declaração e convocando imediatamente o respectivo suplente, no caso de extinção de mandato de Vereador.
- II - Quanto às Atividades Legislativas:
- a) proceder a distribuição de matéria às Comissões Permanentes ou Especiais;
 - b) deferir, por requerimento do autor, a retirada de proposição, ainda não incluída na Ordem do Dia;
 - c) despachar requerimentos;
 - d) determinar o arquivamento ou desarquivamento de proposições, nos termos regimentais;
 - e) devolver ao autor a proposição que não esteja devidamente formalizada, que verse matéria alheia à competência da Câmara, ou que seja evidentemente inconstitucional ou anti-regimental;
 - f) recusar o recebimento de substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial;
 - g) declarar prejudicada a proposição em fase de rejeição ou aprovação de outra com mesmo objetivo, salvo requerimento que consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação de fatos anteriores;
 - h) promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos bem como as Leis com sanção tácita, ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;
 - i) votar nos seguintes casos:
 - 1 - na eleição da Mesa;
 - 2 - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;
 - 3 - nas votações secretas;
 - 4 - quando houver empate em qualquer votação do Plenário;
 - 5 - nas contas anuais do Prefeito Municipal.
 - j) incluir na Ordem do Dia da primeira sessão subsequente, sempre que tenha esgotado o prazo previsto para sua apreciação os projetos de lei de iniciativa do Executivo submetidos à urgência, e os vetos por este apostos; observado o seguinte: (art. 64, § 2º e art. 66, § 6º da CF.)
 - 1 - em ambos os casos ficarão sobrestadas as demais proposições até que se ultime a votação;
 - 2 - a deliberação sobre os projetos de lei submetidos à urgência tem prioridade sobre a apreciação do veto;
 - l) fazer publicar os atos da Mesa e da Presidência, Portarias, Resoluções e Decretos Legislativo, bem como as Leis por ele promulgadas; (art. 66, § 1º e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

art. 7º CF.)

m) apresentar proposições à consideração do Plenário, devendo afastar-se da Presidência para a discutir.

III - Quanto à sua competência geral:

a) substituir o Prefeito ou sucedê-lo na falta deste e do Vice Prefeito, completando, se for o caso, o seu mandato, ou até que se realizem novas eleições, nos termos da lei;

b) representar a Câmara em juízo ou fora dele;

c) dar posse ao Prefeito, Vice Prefeito e Vereador que não foram empossados no primeiro dia da legislatura e aos suplentes de Vereadores;

d) declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores nos casos previstos em lei;

e) expedir Decreto Legislativo de cassação de mandato de Prefeito e Resolução de cassação de mandato de Vereador;

f) declarar a vacância do cargo de Prefeito, nos termos da lei;

g) não permitir a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórios ao decoro parlamentar;

h) zelar pelo prestígio e decoro da Câmara bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros;

i) autorizar a realização de eventos culturais ou artísticos no edifício da Câmara fixando-lhes data, local e horário;

j) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;

l) expedir Decreto Legislativo autorizando referendo;

m) encaminhar ao Ministério Público, as contas do Prefeito, imediatamente após a sua apreciação pelo Plenário, em casos de rejeição.

IV - Quanto às Comissões:

a) designar seus membros titulares e suplentes mediante indicação das bancadas ou Blocos Parlamentares;

b) destituir membro da Comissão Permanente em razão de faltas injustificadas, mediante propostas dos demais membros;

c) assegurar os meios e condições necessárias ao seu pleno funcionamento;

d) convidar o Relator ou outro membro de Comissão para esclarecimento de parecer;

e) convocar as Comissões Permanentes para a eleição dos respectivos Presidentes e Vice-Presidentes;

f) nomear os membros das Comissões Temporárias ou Especiais;

g) nomear, mediante ato, Comissões Parlamentares de Inquérito;

h) preencher, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões Permanentes e Temporárias;

V - Quanto às atividades administrativas:

a) comunicar a cada Vereador, por escrito, com antecedência mínima de 24 horas, a convocação de sessões extraordinárias, durante o período normal ou de sessão legislativa extraordinária durante o recesso, quando a convocação ocorrer fora da sessão;

b) encaminhar processos às Comissões Permanentes e incluí-los na pauta;

c) zelar pelos prazos do processo legislativo e daqueles concedidos às Comissões e ao Prefeito;

d) dar ciência ao Plenário do relatório apresentado por Comissão Parlamentar de Inquérito;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e) remeter ao Prefeito, quando se tratar de fato relativo ao Poder Executivo e ao Ministério Público, cópia de inteiro teor do relatório apresentado por Comissão Parlamentar de Inquérito, quando esta concluir pela existência de infração;

f) organizar a Ordem do Dia pelo menos 24 horas antes da sessão respectiva, fazendo dela constar obrigatoriamente, com ou sem parecer das Comissões, os projetos de lei com prazo de apreciação findados, bem como os projetos e o veto de que tratam os art. 64, § 2º e art. 66, § 6º da CF;

g) executar as deliberações do Plenário;

h) assinar a Ata das Sessões, os editais, as portarias e o expediente da Câmara;

VI - Quanto aos serviços da Câmara:

a) Conceder férias e abono de férias a servidores e funcionários da Câmara Municipal;

b) superintender o serviço da Secretaria da Câmara, autorizar nos limites do orçamento as suas despesas e requisitar o numerário ao Executivo;

c) apresentar ao Plenário, até o final de cada mês, o balancete relativo às verbas recebidas e às despesas realizadas no mês anterior;

d) autorizar e realizar as licitações para compras, obras e serviços da Câmara Municipal, obedecidas a legislação pertinente; bem como homologar seus resultados;

e) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua secretaria, exceto os livros destinados às Comissões Permanentes;

f) fazer, ao fim de sua gestão, relatório dos trabalhos da Câmara;

g) assinar os cheques e documentos bancários, em conjunto com um dos secretários;

VII - Quanto às relações externas da Câmara:

a) conceder audiências públicas na Câmara, em dias e horários pré-fixados;

b) manter, em nome da Câmara, todos os contatos com o Prefeito e demais autoridades;

c) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informação formulados pela Câmara;

d) contratar advogado, mediante autorização do Plenário, para propositura de ações judiciais e para defesa nas ações que forem movidas contra a Câmara ou contra ato da Mesa ou da Presidência;

e) solicitar a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Estadual, por si só ou por provocação de qualquer Vereador com aprovação do Plenário;

f) interpelar judicialmente o Prefeito, quando este deixar de colocar à disposição da Câmara, no prazo legal, as quantias requisitadas ou a parcela correspondente ao duodécimo das dotações orçamentárias;

VIII - Quanto à polícia interna:

a) policiar o recinto da Câmara com o auxílio de seus funcionários, podendo requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna;

b) permitir que qualquer cidadão assista às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

1 - apresente-se convenientemente trajado;

2 - não porte armas;

3 - não se manifeste desrespeitosa ou excessivamente, em apoio



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ou desaprovação ao que se passa no Plenário;

4 - respeite os Vereadores;

5 - atenda às determinações da Presidência;

6 - não interpele os Vereadores;

c) obrigar a se retirar do recinto, sem prejuízo de outras medidas, os assistentes que não observarem os deveres elencados na alínea anterior;

d) determinar a retirada de todos os assistentes se a medida for julgada necessária;

e) se, no recinto da Câmara for cometida qualquer infração penal, efetuar a prisão em flagrante apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo crime correspondente;

f) na hipótese da alínea anterior, se não houver flagrante, comunicar o fato à autoridade policial competente para a instauração de inquérito;

g) admitir, no recinto do Plenário e em outras dependências da Câmara, a seu critério, somente a presença dos Vereadores e funcionários da Secretaria Administrativa, estes, quando em serviço;

h) credenciar representantes, de cada órgão da imprensa escrita, falada ou televisionada que solicitar, para trabalhos correspondentes à cobertura jornalística das sessões;

§ 1º O Presidente poderá delegar, ao Vice-Presidente, competência que lhe seja própria.

§ 2º Sempre que tiver de ausentar do Município, automaticamente, o Presidente passará o exercício da Presidência ao Vice-Presidente ou, na ausência deste, ao 1º Secretário.

§ 3º - Na ausência do Presidente, será ele(a) substituído (da), sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo 1º Secretário, pelo 2º Secretário ou, ainda, pelo Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 4º - Nos períodos de recesso da Câmara, a licença do Presidente se efetivará mediante comunicação escrita ao seu substituto legal.

**Alíneas i,j,k,l,m,n,o p do inciso II; item 5, alínea i do inciso II; m do inciso III; alíneas a, d e g do inciso VI; alínea d do inciso VII, do art. 23 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 24 - Quando o Presidente estiver com a palavra, no exercício de suas funções, durante as sessões plenárias, não poderá ser interrompido nem aparteado.

Art. 25 - Será sempre computada, para efeito de "quorum", a presença do Presidente nos trabalhos.

Art. 26 - O Presidente não poderá fazer parte de qualquer Comissão, ressalvadas as de representação.

Art. 27 - Nenhum membro da Mesa ou Vereador poderá presidir a Sessão, durante a discussão e votação da matéria de sua autoria.

Subseção Única **Da Forma dos Atos do Presidente**

Art. 28 - Os atos do Presidente observarão a seguinte forma:

I - ato numerado, em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) matéria de caráter financeiro;

b) designação de substituto nas Comissões;

c) outras matérias de competência da Presidência e que não estejam enquadradas como Portarias;

d) outras matérias de competência da Presidência e que não



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estejam enquadradas como Portarias;

II - Portaria, nos seguintes casos:

a) férias, abono de faltas, ou ainda quando se tratar de expedição de determinações aos Servidores da Câmara;

b) outros casos determinados em Lei ou Resolução;

c) nomeação de Membros das Comissões Temporárias, Especiais ou CPI.

d) regulamentação dos serviços administrativos.

**Alíneas a, b e c do inciso I; alínea a e d do inciso II do art. 28 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção III

Das Atribuições do Vice-Presidente

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos em Plenário.

Parágrafo Único - Compete-lhe, ainda, substituir o Presidente fora do Plenário, em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções.

Art. 30 - São atribuições do Vice-Presidente:

I - dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos da Presidência, na Mesa ou de Presidente de Comissão;

II - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, sempre que o Presidente deixar de fazê-lo, em igual prazo ao concedido a este (art. 66, § 7º CF);

III - superintender, sempre que convocado pelo Presidente, os serviços administrativos da Câmara Municipal, bem como auxiliá-lo na direção das atividades legislativas e polícia interna.

IV - assinar, com o Presidente, 1º e 2º Secretário, os atos da Mesa, as Atas das Sessões e os autógrafos destinados à sanção;

** inciso IV do art. 30 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção IV

Dos Secretários

Art. 31 - São atribuições do 1º Secretário:

I - proceder à chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente e nos casos previstos neste Regimento, assinando nas respectivas folhas;

II - ler a Ata, quando solicitada por requerimento aprovado pelo Plenário e a matéria do expediente, bem como as proposições e demais papéis sujeitos ao conhecimento ou deliberação do Plenário;

III - determinar o recebimento e zelar pela guarda das proposições e documentos entregues à Mesa, para conhecimento e deliberação do Plenário;

IV - constatar a presença dos Vereadores ao se abrir a sessão, confrontando-a com o Livro de Presença, anotando os presentes e os ausentes, com causa justificada ou não, consignando, ainda, outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o referido livro ao final de cada sessão;

V - receber e determinar a elaboração de toda a correspondência oficial da Câmara, sujeitando-a ao conhecimento, apreciação e assinatura do Presidente;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- VI - fazer a inscrição dos oradores;
- VII - superintender a redação da Ata, resumindo os trabalhos da sessão e assinado-a juntamente com o Presidente, Vice-Presidente e 2º Secretário;
- VIII - secretariar as reuniões da Mesa redigindo, em livro próprio, as respectivas Atas;
- IX – Revogado.
- X - assinar, com o Presidente, o Vice e o 2º Secretário, os atos da Mesa, as Atas das Sessões e os autógrafos destinados à sanção;
- XI - substituir o Presidente na ausência ou impedimento simultâneos deste e do Vice-Presidente;
- XII - assinar, com o Presidente, os cheques e documentos bancários.

**Inciso IX, do art. 31, revogado pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

** inciso X do art. 31 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 32 - Ao 2º Secretário compete a substituição do 1º Secretário em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções.

Art. 33 - São atribuições do 2º Secretário:

I - assinar, juntamente com Presidente, Vice e o 1º Secretário, os atos da Mesa, as Atas das Sessões e os autógrafos destinados à sanção;

II - auxiliar o 1º Secretário no desempenho de suas atribuições quando da realização das Sessões Plenárias.

III - assinar, com o Presidente, os cheques e documentos bancários.

** incisos I e III do art. 33 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção V Das Contas da Mesa

Art. 34 - As Contas da Mesa compor-se-ão de:

I - balancetes mensais, relativos às verbas recebidas e aplicadas, que deverão ser apresentadas ao Plenário pelo Presidente e ao Prefeito, até o último dia do mês seguinte ao vencido;

II - balanço geral anual, que deverá ser enviado ao Prefeito e ao Tribunal de Contas, nos prazos legais.

Parágrafo único. As Contas da Mesa serão publicadas em órgão de imprensa do Município e no site da Câmara Municipal (Portal da Transparência).

** incisos I e II e parágrafo único do art. 34 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Da Substituição da Mesa CAPÍTULO III

Art. 35 - Em suas faltas e impedimentos, o Presidente da Mesa será substituído pelo Vice-Presidente.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 1º - Estando ambos ausentes, serão substituídos sucessivamente pelo 1º e 2º Secretários.

Art. 36 - Ausentes, em Plenário, os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para a Substituição em caráter eventual.

Art. 37 - Na hora determinada para início da sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa e de seus substitutos, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso dentre os presentes o qual escolherá, entre seus pares, um Secretário.

Parágrafo Único - A Mesa, composta na forma deste artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular da Mesa ou de seus substitutos legais.

CAPÍTULO IV

Da Extinção do Mandato da Mesa

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 38 - As funções dos membros da Mesa cessarão:

I - pela posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;

II - pela renúncia, apresentada por escrito;

III - pela destituição;

IV - pela cassação ou extinção do mandato de Vereador.

Art. 39 - Vagando-se qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição no expediente da primeira sessão ordinária seguinte, ou em sessão extraordinária convocada para esse fim, para completar o mandato.

Parágrafo Único - Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á à nova eleição, para se completar o período do mandato, na sessão imediata àquela em que ocorreu a renúncia ou destituição, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes que ficará investido na plenitude das funções até a posse da nova Mesa.

Seção II

Da Renúncia da Mesa

Art. 40 - A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa, dar-se-á por ofício a ela dirigido e efetivar-se-á independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em sessão.

Art. 41 - Em caso de renúncia total da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais idoso dentre os presentes.

Seção III

Da Destituição da Mesa

Art. 42 - Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante Resolução aprovada por 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º - É passível de destituição o membro da Mesa quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, ou exorbite das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

§ 2º - Será destituído, sem necessidade da aprovação de que trata



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o "caput" deste artigo, o membro da Mesa que deixar de comparecer a 5(cinco) reuniões ordinárias consecutivas, sem causa justificada ou que tenha a destituição de suas funções da Mesa declarada por via judicial.

Art. 43 - O processo de destituição terá início por denúncia, subscrita necessariamente, por pelo menos, um dos Vereadores, dirigida ao Plenário e lida pelo seu autor em qualquer fase da sessão, independentemente de prévia inscrição ou autorização da Presidência.

§ 1º - Da denúncia constará:

I - o membro ou os membros da Mesa denunciados;

II- descrição circunstanciada das irregularidades cometidas;

III- as provas que se pretenda produzir.

§ 2º - Lida a denúncia, será imediatamente submetida ao Plenário pelo Presidente, salvo se este for envolvido nas acusações, caso em que essa providência e as demais relativas ao procedimento de destituição, competirão a seus substitutos legais e, se estes também forem envolvidos, ao Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 3º - O membro da Mesa, envolvido nas acusações, não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

§ 4º - Se o acusado for o Presidente, será substituído na forma do § 2º.

§ 5º - Quando um dos secretários assumir a presidência, na forma do § 2º, ou for o acusado, será substituído por qualquer Vereador convidado pelo Presidente em exercício.

§ 6º - O denunciante e o denunciado, ou denunciados, são impedidos de deliberar sobre os requerimentos da denúncia, não sendo necessária a convocação de suplente para esse ato.

§ 7º - Considerar-se-á recebida a denúncia, se for aprovada pela maioria dos Vereadores presentes.

Art. 44 - Recebida a denúncia, o Presidente em exercício escolherá 3 (três) vereadores para compor a Comissão Processante.

§ 1º - Da Comissão não poderão fazer parte o denunciante e o denunciado, ou denunciados, observando-se, na formação, o princípio da representação da proporcionalidade dos partidos os quais elegerão Presidente e Relator.

§ 2º - O denunciado ou denunciados serão notificados dentro de 3(três) dias, a contar da primeira reunião da Comissão, para apresentação, por escrito, de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º - Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá às diligências que entender necessárias, emitindo, no prazo de 20(vinte) dias, seu parecer.

§ 4º - O denunciado ou denunciados poderão acompanhar todas as diligências da Comissão.

** caput do art. 44 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 45 - Findo o prazo de vinte dias e, concluindo pela procedência das acusações, a Comissão deverá apresentar, na primeira sessão ordinária subsequente, projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou denunciados.

§ 1º - O Projeto de Resolução será submetido à discussão e votação nominal únicas, sem direito a voto o denunciante, denunciado ou denunciados, computando-se para efeito de "quorum" os demais Vereadores.

§ 2º - Os Vereadores, o Relator da Comissão Processante e o denunciado, ou denunciados, ou seus representantes legais, terão, cada um, trinta minutos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para discussão do Projeto de Resolução, vedada a cessão de tempo.

§ 3º - Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o Relator da Comissão Processante e o denunciado, ou denunciados, obedecida, quanto aos denunciados, à ordem utilizada na denúncia.

** § 2º do art. 45 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 46 - Concluindo pela improcedência das acusações, a Comissão Processante deverá apresentar seu parecer, na primeira sessão, em turno único, na fase do expediente.

§ 1º - Cada Vereador terá o prazo máximo de 15 (quinze) minutos para discutir o parecer da Comissão Processante, cabendo ao Relator e ao denunciado, ou denunciados, ou seus representantes legais, respectivamente, o prazo de 30 (trinta) minutos obedecendo a ordem de inscrição prevista no artigo 45, §3º, deste Regimento.

§ 2º - Não se concluindo, nessa sessão, a apreciação do parecer, a autoridade que estiver presidindo os trabalhos relativos ao processo de destituição, convocará sessões extraordinárias destinadas, integral e exclusivamente, ao exame da matéria, até deliberação definitiva do Plenário.

§ 3º - O parecer da Comissão Processante será aprovado ou rejeitado por maioria simples, procedendo-se:

1 - ao arquivamento do processo, se aprovado o parecer;

2 - à remessa do processo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, se rejeitado o parecer.

§ 4º - Ocorrida a rejeição do parecer, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação deverá elaborar dentro de 3(três) dias, Projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou dos denunciados.

§ 5º - Para votação e discussão do Projeto de Resolução de destituição, elaborado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, observar-se-á o previsto nos §§ 1º e 3º, do art. 44, deste Regimento.

** § 1º do art. 46 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 47 - A aprovação do Projeto de Resolução, pelo "quorum" de 2/3 (dois terços), implicará afastamento do denunciado ou dos denunciados, devendo a Resolução respectiva ser dada à publicação, pela autoridade que estiver presidindo os trabalhos, dentro do prazo de quarenta e oito horas, contando da deliberação do Plenário.

Título III Do Plenário

Capítulo I Da Utilização do Plenário

Art. 48 - Plenário é órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião de Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento.

§ 1º - O local é o recinto de sua sede.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão, regida pelos dispositivos referentes à matéria, estabelecidos em lei ou neste Regimento, para a realização das sessões e para as deliberações.

§ 3º - O número é o "quorum" determinado em lei, ou neste Regimento, para a realização das sessões e para as deliberações.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 49 - As deliberações do Plenário serão tomadas por:

- a) maioria simples;
- b) maioria absoluta;
- c) maioria qualificada.

§ 1º - A maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os presentes à sessão.

§ 2º - A maioria absoluta é a que compreende mais da metade dos membros da Câmara.

§ 3º - A maioria qualificada é a que atinge ou ultrapassa a 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 50 - O Plenário deliberará:

§ 1º - Por maioria absoluta sobre:

- I - matéria tributária;
- II - Código de Obras e Edificações e outros códigos;
- III - criação de cargos, funções e empregos públicos;
- IV- concessão de direito real de uso;
- V- alienação de bens e imóveis;
- VI- autorização para obtenção de empréstimo de particular, inclusive para as autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;
- VII- lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual e lei orçamentária anual;
- VIII- aquisição de bens imóveis por doação com encargos;
- IX- criação, organização e supressão de distritos e subdistritos e divisão do território do Município em áreas administrativas;
- X- criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Subprefeituras, Conselho de Representantes e dos órgãos da administração pública;
- XI- realização de operações de crédito para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais com finalidade precisa;
- XII- rejeição de veto;
- XIII- Regimento Interno da Câmara Municipal e suas alterações;
- XIV- alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- XV- isenções de impostos municipais;
- XVI- todo e qualquer tipo de anistia;
- XVII- acolhimento de denúncia contra Vereador;
- XVIII- zoneamento urbano;
- XIX- plano diretor;
- XX- admissão de acusação contra Prefeito

§ 2º - Por maioria qualificada sobre:

- I - rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas;
- II - destituição dos membros da Mesa;
- III - Emendas à Lei Orgânica;
- IV - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;
- V – Revogado.
- VI - perda de mandato de Prefeito;
- VII - perda de mandato de Vereadores;
- VIII - concessão de serviço público.

**Inciso V, do § 2º do art. 50, revogado pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

§ 3º - As deliberações do Plenário dar-se-ão sempre por voto



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aberto, salvo na concessão de títulos de cidadania ou honraria.

**§ 3º, do art. 50, com redação dada pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

I – Revogado.

II – Revogado.

III – Revogado.

IV – Revogado.

**Incisos I, II, III, e IV, revogados pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

** incisos V a XX do § 1º; VIII do § 2º do art. 50 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 51 - As sessões da Câmara, exceto as solenes, que poderão ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente, por local, a sua sede, considerando-se nulas as que se realizarem fora dela.

§ 1º - Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, as sessões poderão ser realizadas em outro local, previamente designado pelo Presidente da Câmara, dando ciência ao Juiz da Comarca.

§ 2º - Na sede da Câmara não se realizarão atividades estranhas às suas finalidades, sem prévia autorização da Presidência.

3º É vedado o tabagismo na Sala das Sessões e nas dependências da Câmara.

§ 4º - Durante as sessões, aos Vereadores, é vedado falar ao celular no Plenário, devendo os aparelhos serem desligados ou permanecerem no modo silencioso ou vibratório.

**§ 4º, do art. 51, com nova redação, na forma da Resolução nº146, de 04/02/2009.*

** § 3º do art. 51 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

§ 5º - Em todas as sessões da Câmara haverá um livro, exclusivamente para registro de presença dos cidadãos que acompanharem os trabalhos, com espaço para indicação do nome, endereço e assinatura.

**§ 5º, do art. 51, acrescentado pela Resolução n.º 130, de 04/04/07..*

Art. 52 - Durante as sessões, somente os Vereadores, desde que convenientemente trajados, poderão permanecer no recinto do Plenário.

§ 1º - A critério do Presidente, serão convocados os funcionários da Secretaria Administrativa, necessários ao andamento dos trabalhos.

§ 2º - A convite da Presidência, por iniciativa própria, ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir aos trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais e municipais, personalidades homenageadas e representantes credenciados da imprensa escrita e falada, que terão lugar reservado para esse fim.

§ 3º - A saudação oficial ao visitante será feita, em nome da Câmara, pelo Presidente ou Vereador designado para esse fim.

§ 4º - Os visitantes poderão, a critério da presidência e pelo tempo por esta determinado, discursar para agradecer a saudação que lhes for feita.

CAPÍTULO II

Dos Líderes e Vice-Líderes

Art. 53 - Os Vereadores são agrupados por representações partidárias ou Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a dois Vereadores.

§ 1º - Cada Líder poderá indicar Vice-Líder, na proporção de um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para dois Vereadores que constituam sua representação.

§ 2º - A escolha do Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura e no terceiro ano, ou após a criação do Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da representação.

§ 3º - Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação, sendo substituídos em suas faltas, licenças ou impedimentos, pelo Vice-Líder.

Art. 54 - O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - indicar à Mesa os membros da bancada, ou bloco para compor as Comissões e, a qualquer tempo, substituí-lo definitivamente, ou não;

Alínea Única - em ocorrendo saída do partido, o Líder do partido a que pertencia, poderá reivindicar a vaga nas Comissões.

II - encaminhar qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a cinco minutos;

III - em qualquer momento da sessão, usar da palavra para tratar de assuntos que, por sua relevância de urgência, interesse ao conhecimento da Câmara, salvo quando se estiver procedendo à votação ou houver orador na Tribuna;

IV - registrar os candidatos da bancada ou bloco para concorrer aos cargos da Mesa.

§ 1º - No caso do inciso III, deste artigo, poderá o Líder, se por motivo ponderável não lhe for possível ocupar pessoalmente a Tribuna, transferir a palavra a um dos seus liderados.

§ 2º - O Líder, ou o orador por ele indicado, que usar da faculdade estabelecida no inciso II, deste artigo, não poderá falar por prazo superior a cinco minutos.

** incisos II do art. 54 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 55 - A reunião de Líderes, para tratar de assuntos de interesse geral, realizar-se-á por proposta de quaisquer deles.

Art. 56 - A reunião de Líderes com a Mesa, para tratar de assuntos de interesse geral, far-se-á por iniciativa do Presidente da Câmara.

Art. 57 - O Prefeito poderá indicar Vereador para exercer a liderança do Governo e esta gozará de todas as prerrogativas concedidas às lideranças.

TÍTULO IV Das Comissões

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 58 - As Comissões, órgãos internos destinados a estudar, investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre o que for submetido à sua apreciação, serão Permanentes, Especiais ou Temporárias.

Art. 58-A – Fica criada a Comissão de Ética, conforme Resolução específica e suas modificações.

** Art. 58-A inserido pela Resolução nº 198, de 27/03/2018.*

Art. 59 - Na constituição de cada Comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares com representação na Câmara Municipal.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 60 - A Representação dos Partidos ou Blocos será obtida dividindo-se o número de membros da Câmara Municipal pelo número de membros de cada comissão e o número de Vereadores de cada partido ou Bloco pelo resultado assim alcançado, obtendo-se, então, o quociente partidário que, multiplicado pela quantidade de comissões, representará o número de lugares que cada bancada terá nas comissões.

Parágrafo único - O número inteiro do quociente partidário indicará a quantidade de lugares que o partido ou bloco parlamentar terá em cada comissão e a quantidade de lugares nas comissões pelo número inteiro da multiplicação do quociente partidário pelo número de comissões existentes e os lugares restantes serão preenchidos pelos partidos ou blocos parlamentares que possuírem as maiores sobras (frações) dos cálculos efetuados, até que sejam completados todos os lugares, que em caso de empate, será decidido de comum acordo entre os partidos empatados ou em votação plenária.

** Caput e parágrafo único do art. 60 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 61 - Poderão assessorar os trabalhos das Comissões, desde que devidamente credenciados pelo respectivo Presidente, técnicos de reconhecida competência na matéria em exame.

CAPÍTULO II

Das Comissões Permanentes

Seção I

Da Composição das Comissões Permanentes

Art. 62 - As Comissões Permanentes são as que subsistem através da legislatura e têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles exarar parecer.

Art. 63 - As Comissões Permanentes serão constituídas no expediente da primeira Sessão Ordinária no início de cada biênio.

** Caput do art. 63 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 64 - Os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos líderes da bancada, para um período de 2 (dois) anos, observada sempre a representação proporcional partidária.

Art. 65 - Não havendo acordo, proceder-se-á a escolha por eleição, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão, considerando-se eleitos os mais votados.

§ 1º - Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários para completar o preenchimento de todos os lugares de cada Comissão.

§ 2º - Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do Partido ou Bloco Parlamentar ainda não representado na Comissão.

§ 3º - Persistindo, ainda, o empate, será considerado eleito o Vereador mais votado na eleição Municipal.

§ 4º - A votação para constituição de cada uma das Comissões Permanentes será preferencialmente de forma eletrônica ou digital, salvo deliberação contrária do Plenário.

** § 4º do art. 65 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 66 - Os suplentes, no exercício temporário da Vereança e o Presidente da Câmara não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

Parágrafo único - O Vice-Presidente da Mesa, no exercício da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Presidência, nos casos de impedimento ou licença do Presidente, nos termos deste Regimento, terá substituto nas Comissões Permanentes a que pertencer, enquanto substituir o Presidente da Mesa.

Art. 67 - No ato de composição das Comissões Permanentes, figurará sempre o nome do Vereador efetivo, sendo substituído nas licenças.

Art. 68 - O preenchimento das vagas ocorridas nas Comissões, nos casos de impedimento, destituição ou renúncia, será apenas para completar o período do mandato.

Art. 69 - As modificações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos Partidos, que importem modificações da proporcionalidade partidária na composição das Comissões, só prevalecerão a partir da sessão legislativa subsequente.

Seção II

Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 70 - As Comissões Permanentes são 7 (sete), compostas, cada uma, de 3 (três) membros no mínimo, com as seguintes denominações: (NR)

** Artigo 70, "caput" com redação dada pela Resolução nº 109, de 05/11/01.*

I - Constituição, Justiça e Redação;

II - Orçamento, Finanças e Contabilidade;

III - Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes;

IV - Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo;

V - Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do solo;

VI - Segurança Pública, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania;

VII - Para Assuntos da Região Metropolitana de Campinas. (AC)

** Inciso VI, do art. 70, acrescentado pela Resolução nº 085, de 18/04/97.*

** Inciso VII, do art. 70, acrescentado pela Resolução n.º 109, de 05/11/01.*

** Inciso VI do art. 70 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 71 - Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, apresentando, conforme o caso:

a) parecer;

b) substitutivos ou Emendas;

c) relatório conclusivo sobre as averiguações e inquéritos.

II - promover estudos, pesquisas e investigações sobre assuntos de interesse público;

III - tomar a iniciativa de elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais assuntos, ou decorrentes de indicação da Câmara, ou de dispositivos regimentais;

IV - redigir o projeto aprovado em primeira discussão ou em discussão única e oferecer redação final aos projetos, de acordo com o seu mérito, bem como, quando for o caso, propor reabertura da discussão nos termos regimentais;

V - realizar audiências públicas;

VI- convidar ou convocar Secretários Municipais e os responsáveis pela administração direta ou indireta para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições no exercício de suas funções fiscalizadoras;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de associações e entidades comunitárias ou de qualquer pessoa contra atos e omissões de autoridades municipais ou entidades públicas;

VIII - solicitar ao Prefeito informações sobre assuntos referentes à Administração;

IX- fiscalizar, inclusive efetuando diligências, vistorias e levantamentos “in loco”, os atos da administração direta ou indireta nos termos da legislação pertinente, em especial para verificar a regularidade, a eficiência e eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais e constitucionais.

X - acompanhar, junto ao Executivo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

XI - acompanhar, junto ao Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

XII - solicitar informações ou depoimentos de autoridades ou cidadãos;

XIII - apreciar programas de obras, planos regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XIV - requisitar, dos responsáveis, a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

§ 1º - Os projetos e demais proposições distribuídos às Comissões, serão examinados por Relator designado, quando for o caso, por subcomissão que emitirá parecer sobre o mérito.

§ 2º - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, manifestar-se-á sobre a constitucionalidade e legalidade e a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade sobre os aspectos financeiros e orçamentários de qualquer proposição.

** Incisos IV, VI e IX do art. 71 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 72 - É da competência específica:

I - Da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

a) manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico, de todas as proposições que tramitem pela Câmara, ressalvada a proposta orçamentária e os pareceres do Tribunal de Contas;

b) outras atribuições que lhe confere este Regimento.

II - Da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

a) examinar e emitir parecer sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento e aos créditos adicionais;

b) examinar e emitir parecer sobre os planos de programas municipais e setoriais previstos na Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;

c) receber as emendas à proposta orçamentária do Município e sobre elas emitir parecer para posterior apreciação do Plenário;

d) elaborar a redação final do Projeto de Lei Orçamentária;

e) opinar sobre proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidade para o Erário Municipal;

f) obtenção de empréstimos de particulares;

g) examinar e emitir parecer sobre os pareceres prévios do Tribunal de Contas do Estado, relativos à prestação de contas do Prefeito;

h) examinar e emitir parecer sobre proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, a remuneração do prefeito, vice-prefeito e vereadores;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

i) examinar e emitir parecer sobre todas as proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.;

j) realizar audiências públicas a que se refere o § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, nas quais o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

***Alínea "j" acrescentada pela Resolução n.º 114, de 15/09/03.**

*** alínea b do Incisol e alíneas g e h, do inciso II do art. 72 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.**

III - Da Comissão de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes:

a) apreciar e emitir parecer;

1 - sobre todos os processos atinentes à realização de obras e serviços públicos, seu uso e gozo, venda, hipoteca, permuta, outorga de concessão administrativa ou direito real de uso de bens imóveis de propriedade do Município;

2 - sobre serviços de utilidade pública, sejam ou não objeto de concessão municipal, planos habitacionais elaborados ou executados pelo Município diretamente ou por intermédio de autarquias ou órgãos paraestatais;

3 - sobre serviços públicos realizados ou prestados pelo município, diretamente ou por intermédio de autarquias ou órgão paraestatais;

4 - sobre transporte coletivos e individuais, frete e carga, utilização das vias urbanas e estradas municipais e sua respectiva sinalização, bem como sobre os meios de comunicação;

5 - examinar, a título informativo, os serviços públicos de concessão estadual ou federal que interessem ao município;

6 - Plano Diretor;

7 - Disciplinação das atividades econômicas desenvolvidas no município;

b) realizar audiência pública referente o projeto de concessão de serviço público em tramitação na Câmara Municipal.

***Alínea "b" acrescentada pela Resolução n.º 200, de 10/04/2019.**

IV - Da Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo;

a) examinar e emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino e artes, ao patrimônio histórico, artístico e cultural, aos esportes, às atividades de lazer, à higiene, à saúde pública e assistência social, em especial sobre:

1 - o Sistema Municipal de Ensino;

2 - concessão de bolsas de estudos com finalidade de assistência à pesquisa tecnológica e científica para o aperfeiçoamento do ensino;

3 - programas de merenda escolar;

4 - preservação da memória da cidade no plano paisagístico, de seu patrimônio histórico, cultural, artístico e arquitetônico;

5 - denominação e sua alteração de próprios, vias e logradouros públicos;

6 - concessão de títulos honoríficos, outorga de honraria, prêmios ou homenagens a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município;

7 - serviços, equipamentos e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer voltados à comunidade;

8 - Sistema Único de Saúde e Segurança Social;

9 - vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional;

10 - segurança e saúde do trabalhador;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

11 - programas de proteção ao idoso, à mulher, à criança, ao adolescente e ao portador de deficiência;

12 - turismo e defesa do consumidor;

13 - abastecimentos de produtos;

14 - gestão da documentação oficial e patrimônio arquivístico local;

V - Da Comissão de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e

Parcelamento do Solo:

a) examinar e emitir parecer sobre as proposições e matérias

relativas a:

1 - cadastro territorial do Município, planos gerais e parciais de urbanização ou reurbanização, zoneamento, uso e ocupação do solo;

2 - criação, organização ou supressão de distritos e subdistritos, divisão do território em áreas administrativas;

3 - preservação e controle do meio ambiente;

4 - controle da poluição ambiental em todos os seus aspectos e preservação dos recursos naturais.

VI - Da Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania:

a) receber, avaliar e investigar denúncias relativas a ameaças ou violações de direitos humanos;

b) fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos;

c) colaborar com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;

d) pesquisar e estudar assuntos relativos à situação dos direitos humanos do Estado.

****Inciso VI e alíneas acrescentados pela Resolução nº 085, de 18/04/97.***

VII – Da Comissão para Assuntos da Região Metropolitana de Campinas:

a) avaliar sobre a eficiência e a abrangência metropolitana de proposições de iniciativa dos poderes Executivo e Legislativo;

b) promover a interação da Câmara Municipal com órgãos do Governo Estadual e do Ministério Público que possam gerar dados necessários para a fiscalização e controle da gestão da Região Metropolitana de Campinas;

c) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil interessadas em participar de processo de metropolização;

d) solicitar depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão de notório saber sobre assuntos relacionados à região metropolitana de Campinas, bem como assuntos relacionados a metropolização em geral;

e) acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais municipais de abrangências metropolitana;

f) acompanhar, fiscalizar e controlar ações dos Governos Federal e Estadual, relacionados com a Região Metropolitana de Campinas;

g) estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições da Câmara Municipal, propondo medidas legislativas cabíveis de interesse metropolitano;

h) estimular e consolidar a participação política dos Vereadores na formação da Região Metropolitana de Campinas;

i) promover a interação entre Câmaras Municipais que compõem as cidades que integram a Região Metropolitana de Campinas;

j) indicar, se for o caso, representantes do Legislativo no Conselho Consultivo ou qualquer outro órgão da Região Metropolitana de Campinas.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

**Inciso VII e alíneas acrescentados pela Resolução nº 109, de 05/11/01.*

Art. 73 - É obrigatório o parecer das Comissões Permanentes, nos assuntos de sua competência, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Seção III

Dos Presidentes, Vice Presidentes e Secretários das Comissões Permanentes

Art. 74 - As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários.

Art. 75 - Ao Presidente da Comissão Permanente compete:

I - convocar reuniões da Comissão, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, avisando, obrigatoriamente, a todos os integrantes da Comissão, prazo este dispensados se contar o ato da convocação com a presença de todos os membros;

II - convocar audiências públicas, ouvida a Comissão;

III - presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;

IV - convocar reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento da maioria dos membros da Comissão;

V - receber a matéria destinada à Comissão e designar-lhe Relator no prazo improrrogável de 3 (três) dias;

VI - submeter à votação as questões em debate e proclamar o resultado das eleições;

VII - zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;

VIII - conceder vista de proposições aos membros da Comissão somente para as proposições em regime de tramitação ordinária e pelo prazo máximo de 2 (dois) dias;

IX - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

X - resolver de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem suscitadas nas reuniões da Comissão;

XI - enviar à Mesa toda a matéria da Comissão destinada ao conhecimento do Plenário;

XII - solicitar ao Presidente, mediante ofício, providências junto às Lideranças Partidárias, no sentido de serem indicados substitutos para os membros da Comissão, em caso de vaga, licença ou impedimento;

Parágrafo único - As Comissões Permanentes não poderão reunir-se durante a fase de Ordem do Dia das Sessões da Câmara.

Art. 76 - O Presidente da Comissão Permanente poderá funcionar como Relator e terá direito a voto, em caso de empate.

Art. 77 - Dos atos do Presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer membro, recurso ao Plenário.

Art. 78 - Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem qualquer matéria em reunião conjunta, a presidência dos trabalhos caberá ao mais idoso Presidente da Comissão, dentre os presentes, se desta reunião conjunta não estiver participando a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, hipótese em que a direção dos trabalhos caberá ao Presidente desta Comissão.

Art. 79 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente da Comissão Permanente em suas ausências, faltas, impedimentos e licenças.

Parágrafo único - O Vice-Presidente auxiliará o Presidente sempre que por ele convocado, cabendo-lhe representar a Comissão por delegação pessoal do Presidente.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 80 - Os Presidentes das Comissões Permanentes poderão reunir-se mensalmente sob a presidência do Presidente da Câmara para examinar assuntos de interesse comum das Comissões e determinar providências sobre o melhor e mais rápido andamento das proposições.

Art. 81 - Ao Secretário da Comissão Permanente, compete:

I - presidir as reuniões da Comissão nas ausências simultâneas do Presidente e Vice-Presidente;

II - fazer observar os prazos regimentais dos processos que tramitam na Comissão;

III - proceder à leitura das correspondências recebidas pela Comissão;

Parágrafo único - Nas ausências simultâneas do Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Comissão, caberá ao mais idoso dos membros presentes a presidência da reunião.

Art 82 - Se, por qualquer razão, o Presidente deixar de fazer parte da Comissão, ou renunciar à Presidência, proceder-se-á à nova eleição, salvo se faltarem menos de 3 meses para o término da sessão legislativa, sendo, neste caso, substituído pelo Vice-Presidente.

Seção IV Das Reuniões

Art. 83 - As Comissões Permanentes reunir-se-ão:

I - ordinariamente, uma vez por semana, desde que haja matéria a ser apreciada;

II - extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de ofício pelos respectivos Presidentes, ou a requerimento da maioria dos membros da Comissão, mencionando-se, em ambos os casos, a matéria a ser apreciada.

§ 1º - Quando a Câmara estiver em recesso, as Comissões só poderão reunir-se em caráter extraordinário, para tratar de assunto relevante e inadiável;

§ 2º - As Comissões não poderão reunir-se durante o transcorrer das Sessões Ordinárias, ressalvados os casos expressamente previstos neste Regimento.

Art. 84 - As Comissões Permanentes devem reunir-se em local destinado a esse fim, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único - Quando, por qualquer motivo, a reunião tiver de realizar-se em outro local, é indispensável a comunicação com antecedência, a todos os membros da Comissão.

Art. 85 - As reuniões das Comissões Permanentes serão sempre públicas.

Parágrafo único - Revogado.

**Artigo 85 com redação dada pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

**Parágrafo único, do art. 85, revogado pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

Art. 86 - Poderão, ainda, participar das reuniões das Comissões Permanentes, técnicos de reconhecida competência na matéria ou representantes de entidades, em condições de propiciar esclarecimentos sobre os assuntos submetidos à apreciação das mesmas.

Parágrafo único - Este convite será formulado pelo Presidente da Comissão por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 87 - Revogado.

**Artigo 87 revogado pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção V Dos Trabalhos

Art. 88 - As Comissões somente deliberarão com a presença da maioria de seus membros.

Art. 89 - Salvo as exceções previstas neste Regimento, para emitir parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão terá prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis, por mais 8 (oito) dias, pelo Presidente da Câmara, a requerimento devidamente fundamentado.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo começa a correr a partir da data em que o processo der entrada na Comissão.

§ 2º - O Presidente da Comissão na primeira reunião em que for discutido o projeto designará o respectivo Relator.

§ 3º - O Relator terá o prazo improrrogável de 8 (oito) dias para manifestar-se, por escrito, a partir da data da distribuição.

§ 4º - Se houver pedido de vista, este será concedido pelo prazo máximo e improrrogável de dois dias corridos, nunca, porém, com transgressão do limite dos prazos estabelecidos no "caput" deste artigo.

§ 5º - Só se concederá vista do processo depois de estar devidamente relatado.

§ 6º - Não serão aceitos pedidos de vista para processos em fase de redação, de acordo com o vencido em primeira discussão, nem em fase de redação final.

** § 2º do art. 89 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 90 - Decorridos os prazos previstos no artigo anterior, deverá o processo ser devolvido à Secretaria, com ou sem parecer, sendo que, na falta deste, o Presidente da Comissão declarará o motivo.

Art. 91 - Dependendo, o parecer, de exame de qualquer outro processo ainda não chegado à Comissão, deverá seu Presidente requisitá-lo ao Presidente da Câmara, sendo que, neste caso, os prazos estabelecidos no art. 89 ficarão sem fluência, por dez dias corridos, no máximo, a partir da data da requisição.

Parágrafo único - A entrada do processo requisitado na Comissão, antes de decorridos os dez dias, dará continuidade à fluência do prazo interrompido.

Art. 92 - Nas hipóteses previstas no art. 271, deste Regimento, dependendo, o parecer, da realização de audiências públicas, os prazos estabelecidos no art. 89 ficam sobrestados por dez dias úteis, para a realização das mesmas.

Art. 93 - Decorridos os prazos de todas as Comissões a que se tenham sido enviados, poderão os processos ser incluídos na Ordem do Dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara, de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário.

Parágrafo único - Para os fins do disposto neste artigo, o Presidente da Câmara, se necessário, determinará a pronta tramitação do processo.

Art. 94 - As comissões Permanentes, deverão solicitar do Executivo, por intermédio do Presidente da Câmara, todas as informações julgadas necessárias.

§ 1º - O pedido de informações dirigido ao Executivo interrompe os prazos previstos no art. 89.

§ 2º - A interrupção mencionada no parágrafo anterior cessará ao cabo de trinta dias corridos, contados da data em que for expedido o respectivo ofício, se o Executivo, dentro deste prazo, não tiver prestado as informações requisitadas.

§ 3º - A remessa de informações, antes de decorridos os trinta dias, dará continuidade à fluência do prazo interrompido.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 4º - Além das informações prestadas, somente serão incluídos no processo, sob exame da Comissão Permanente, os pareceres desta emanados e as transcrições das audiências públicas realizadas.

** § 2º do art. 94 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 95 - O recesso da Câmara interrompe todos os prazos consignados na presente Seção.

Art. 96 - Quando qualquer processo for distribuído a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, ouvida em primeiro lugar a Comissão de Constituição, Justiça e Redação quanto ao aspecto legal ou constitucional e, em último, a de Orçamento, Finanças e Contabilidade, quando for o caso.

Art. 97 - Mediante comum acordo de seus Presidentes, poderão as Comissões Permanentes realizar reuniões conjuntas para exame de proposições ou qualquer matéria a elas submetidas, facultando-se, neste caso, a apresentação de parecer conjunto.

** caput do art. 97 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 98 - O Parecer de uma Comissão sobre determinada matéria não inclui a possibilidade de novo Parecer, mesmo em proposição de sua autoria, se o Plenário assim deliberar.

** caput do art. 98 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 99 - As disposições estabelecidas nesta seção não se aplicam aos projetos com prazo para apreciação estabelecida em Lei.

Seção VI Dos Pareceres

Art. 100 - Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Parágrafo Único - Salvo nos casos expressamente previstos neste Regimento, o parecer será escrito e constará de 3 (três) partes:

I - exposição da matéria em exame;

II - conclusões do Relator com;

a) sua opinião sobre a legalidade ou ilegalidade, a constitucionalidade ou inconstitucionalidade total ou parcial do projeto, se pertencer à Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

b) sua opinião sobre a conveniência e oportunidade da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, se pertencer a alguma das demais Comissões;

III - a decisão da Comissão, com a assinatura dos membros que votaram a favor ou contra;

IV - o oferecimento, se for o caso, de substitutivo ou emendas.

Art. 101 - Os membros das Comissões Permanentes emitirão manifestação sobre a propositura, mediante voto.

§ 1º - O relatório somente será transformado em parecer se aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

§ 2º - A simples aposição de assinatura, sem qualquer outra observação, implicará a concordância total do signatário com a manifestação do Parecer.

§ 3º - Poderá o membro da Comissão Permanente exarar voto em separado, devidamente fundamentado:

I- Pelas conclusões, quando favorável às conclusões do Parecer, mas com diversa fundamentação;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

II- aditivo, quando favorável às conclusões do Parecer, mas acrescentado novos argumentos à sua fundamentação;

III - Contrário, quando se oponha frontalmente ao Parecer.

§ 4º - O voto do Relator, não acolhido pela maioria dos membros da Comissão, constituirá voto vencido.

§ 5º - O voto em separado, divergente ou não das conclusões do Relator, desde que acolhido pela maioria da Comissão, passará a constituir o Parecer principal.

** § 2º, incisos I, II e III do § 3º e § 5º do art. 101 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 102 - Concluído o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de qualquer proposição, deverá o mesmo ser submetido ao Plenário, para que, em discussão e votação únicas, seja apreciada essa preliminar.

Parágrafo Único - Aprovado o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que concluir pela inconstitucionalidade ou ilegalidade da proposição, esta será arquivada e, quando rejeitado o parecer, será a proposição encaminhada as demais Comissões.

Art. 103 - O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as Comissões, será tido como rejeitado, salvo quando o Plenário deliberar pela rejeição dos pareceres, neste caso votará, ato contínuo, o projeto.

Seção VII

Das Vagas, Lideranças e Impedimentos nas Comissões Permanentes

Art. 104 - As vagas das Comissões Permanentes verificar-se-ão com:

I - a renúncia;

II - a destituição;

III - a perda do mandato do Vereador;

IV - o falecimento.

§ 1º - A renúncia de qualquer membro da Comissão Permanente será ato acabado e definitivo, desde que manifestado, por escrito, à Presidência da Câmara.

§ 2º - Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, injustificadamente, a 5 (cinco) reuniões, não mais podendo participar de qualquer Comissão Permanente até o final do biênio de encerramento da Comissões, consoante artigo 64 deste Regimento.

** § 2º, do art. 104, com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

§ 3º - As faltas às reuniões da Comissão Permanente poderão ser justificadas, no prazo de 5 (cinco) dias, quando ocorrer justo motivo, aceito pelos demais membros da Comissão.

§ 4º - A destituição dar-se-á por simples representação de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a ocorrência das faltas e a sua não justificativa em tempo hábil, declarará vago o cargo na Comissão.

§ 5º - O Presidente da Comissão Permanente poderá ser destituído quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário iniciado por representação subscrita por qualquer Vereador, sendo-lhe facultado o direito de defesa no prazo de dez dias e cabendo a decisão final ao Presidente da Câmara.

§ 6º - O presidente da Câmara preencherá, por nomeação, as



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

vagas verificadas nas Comissões Permanentes, de acordo com a indicação do Líder do Partido respectivo, não podendo a nomeação recair sobre o renunciante ou o destituído.

Art. 105 - O Vereador que se recusar a participar das Comissões Permanentes, ou for renunciante ou destituído de qualquer delas, não poderá ser nomeado para integrar Comissão de Representação da Câmara, até final do biênio.

** caput do art. 105 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 106 - No caso de ausência, licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do Líder do partido a que pertença o Vereador licenciado ou impedido.

Parágrafo único - A substituição perdurará enquanto persistir ausência, licença ou impedimento.

CAPÍTULO III

Das Comissões Temporárias

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 107 - Comissões Temporárias são as constituídas com finalidades especiais e se extinguem com o término da Legislatura ou antes dela, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Art. 108 - As Comissões Temporárias poderão ser:

- I - Comissões de Assuntos Relevantes;
- II - Comissões de Representação;
- III - Comissões Processantes;
- IV - Comissões Parlamentares de Inquérito.

Parágrafo único - O requerimento para constituição das Comissões Temporárias, previstas neste artigo, não poderá ser apresentado durante o andamento da sessão, devendo ser protocolizado na Secretaria da Câmara com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

** Parágrafo único, do art. 108, incluído pelo Precedente Regimental de 13/03/08.*

Seção II

Das Comissões de Assuntos Relevantes

Art. 109 - Comissões de Assuntos Relevantes são aquelas que se destinam à elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º - As Comissões de Assuntos Relevantes serão constituídas mediante apresentação de requerimento aprovado por maioria simples.

§ 2º - O requerimento a que alude o parágrafo anterior, independentemente de parecer terá uma única discussão e votação na Ordem do Dia da mesma sessão de sua apresentação.

§ 3º - O requerimento que propõe a constituição de Comissão de Assuntos relevantes deverá indicar, necessariamente:

- a) a finalidade, devidamente fundamentada;
- b) o número de membros, não superior a cinco;
- c) o prazo de funcionamento.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 4º - Ao Presidente da Câmara caberá indicar os Vereadores que comporão a Comissão de Assuntos Relevantes, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, conforme artigo 60 deste Regimento.

§ 5º - O primeiro ou o único signatário do requerimento que propôs a criação da Comissão de Assuntos Relevantes, obrigatoriamente dela fará parte, na qualidade de seu Presidente.

§ 6º - Concluídos seus trabalhos, a Comissão de Assuntos Relevantes elaborará parecer sobre a matéria, o qual será protocolado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário, na primeira sessão ordinária subsequente.

§ 7º - Do parecer será extraída cópia ao Vereador que a solicitar, pela Secretaria da Câmara.

§ 8º - Se a Comissão de Assuntos Relevantes, deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento através de requerimento.

§ 9º - Não caberá constituição de Comissão de Assuntos Relevantes para tratar de assuntos de competência de qualquer das Comissões Permanentes.

** § 4º do art. 109 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção III

Das Comissões de Representação

Art. 110 - As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter social ou cultural, inclusive participação em congressos.

§ 1º - As Comissões de Representação serão constituídas, mediante requerimento, aprovado por maioria simples e submetido à discussão e votação únicas na Ordem do Dia da mesma sessão de sua apresentação.

§ 2º - Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:

- a) a finalidade,
- b) o número de membros;
- c) o prazo de duração.

§ 3º - Os membros da Comissão de Representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara que poderá, a seu critério, integrá-la ou não, observada, sempre que possível, a representação proporcional dos partidos, nos termos do artigo 60 do Regimento Interno..

§ 4º - A Comissão de Representação será sempre presidida pelo único ou primeiro dos signatários de Requerimento que a criou, quando dela não faça parte o Presidente ou Vice-Presidente da Câmara.

§ 5º - Os membros da Comissão de Representação, constituída nos termos do parágrafo primeiro, deverão apresentar ao Plenário o relatório das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo de dez (10) dias após o seu término.

** § 3º do art. 110 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção IV Das Comissões Processantes

Art. 111 - As Comissões Processantes serão constituídas com as seguintes finalidades:

I - apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções, nos termos deste Regimento.

II - destituição dos membros da Mesa, nos termos deste Regimento.

Art. 112 - Durante seus trabalhos, as Comissões Processantes observarão o disposto nos artigos 319, 324, 345 e 348 deste Regimento.

**Caput do art. 112 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção V Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 113 - As Comissões Parlamentares de Inquérito destinar-se-ão a apurar irregularidades sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal.

Art. 114 - As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único - O requerimento de constituição deverá conter:

a) a especificação do fato ou fatos a serem apurados;

b) o número de membros que integrar a Comissão, não podendo ser inferior a 3 (três);

c) o prazo de seu funcionamento.

Art. 115 - Aprovado o requerimento, o Presidente da Câmara nomeará, de imediato, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante sorteio dentre os Vereadores desimpedidos.

§ 1º - Consideram-se impedidos os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado e aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração.

§ 2º - Não havendo número de Vereadores desimpedidos suficiente para a formação da Comissão, deverá o Presidente da Câmara proceder de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 347 deste Regimento.

** § 2º do art. 115 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 116 - Composta a Comissão Parlamentar de Inquérito, seus membros elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

Art. 117 - Caberá ao Presidente da Comissão designar local, horário e data das reuniões e requisitar funcionário, se for o caso, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Parágrafo único - A Comissão poderá reunir-se em qualquer local.

Art. 118 - As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

Art. 119 - Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

Art. 120 - Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto:

1 - proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

2 - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

3 - transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem.

Parágrafo único - É de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração Direta e Indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 121 - No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as Comissões Parlamentares de Inquérito, através de seu Presidente:

1 - determinar as diligências que reputarem necessárias;

2 - requerer a convocação de Secretário Municipal;

3 - tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

4 - proceder à verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração Direta e Indireta.

** item 2 do art. 121 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 122 - O não atendimento às determinações contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, faculta ao Presidente da Comissão solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário.

Art. 123 - As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas de falso testemunho previstas na Legislação Penal e, em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde reside ou se encontra, na forma do Código de Processo Penal.

** caput do art. 123 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 124 - Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente ou outro membro requerer a prorrogação por menor ou igual prazo e o requerimento for aprovado pelo Plenário, em sessão ordinária ou extraordinária.

Parágrafo único - Esse requerimento considerar-se-á aprovado se obtiver o voto favorável de maioria simples dos membros da Câmara.

Art. 125 - A Comissão concluirá seus trabalhos por relatório final, que deverá conter:

I - a exposição dos fatos submetidos à apuração;

II- a exposição e análise das provas colhidas;

III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existente;

V - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal e a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

Art. 126 - Considera-se relatório final o elaborado pelo Relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

Art. 127 - Rejeitado o relatório a que se refere o artigo anterior, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão.

Art. 128 - O relatório será assinado primeiramente por quem o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

redigiu e em seguida, pelos demais membros da Comissão.

Parágrafo único - Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado, nos termos do § 3º do art. 101, deste Regimento.

Art. 129 - Elaborado e assinado o relatório final, será protocolado na Secretaria da Câmara, para ser lido em Plenário, na fase do expediente da primeira sessão ordinária subsequente.

Art. 130 - A Secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independentemente de requerimento.

Art. 131 - O relatório final independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente da Câmara dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

TÍTULO V

Das Sessões Legislativas

CAPÍTULO I

Das Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias

Seção I

Disposições Preliminares

Art.132 - A legislatura compreenderá quatro sessões legislativas, com início cada uma a 1º de fevereiro e término em 15 de dezembro de cada ano, ressalvada a de inauguração da legislatura que se inicia em 1º de janeiro.

Art. 133 - Serão considerados como de recesso legislativo os períodos compreendidos entre 16 de dezembro a 31 de janeiro e de 1º a 31 de julho de cada ano.

Art. 134 - As sessões da Câmara serão:

- I - solenes;
- II - ordinárias;
- III - extraordinárias;
- IV – Revogado.

****Inciso IV, do art. 134, revogado pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.***

§ 1º - Sessão legislativa ordinária é a correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante um ano.

§ 2º - Sessão legislativa extraordinária é a correspondente ao funcionamento da Câmara no período do recesso.

Art. 135 - As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 136 - As sessões, ressalvadas as solenes, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, constatada através de chamada nominal.

Art. 137 - Em Sessão Plenária, cuja abertura e prosseguimento dependa de "quorum", este poderá ser constatado através de verificação feita de ofício pelo Presidente ou a pedido de qualquer Vereador.

Art. 138 - Declarada aberta a sessão, o Presidente proferirá as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos".

Art. 139 - Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção II

Da Duração e Prorrogação das Sessões

Art. 140 - As Sessões da Câmara terão a duração máxima de 4 horas, podendo ser prorrogadas por deliberação, a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único - O requerimento de prorrogação não poderá ser objeto de discussão.

Art. 141 - A prorrogação de sessão será por tempo determinado ou para que se ultime a discussão e votação de proposições em debate.

§ 1º - Se forem apresentados dois ou mais requerimentos de prorrogação da sessão, serão os mesmos votados em ordem cronológica de apresentação sendo que, aprovado qualquer deles, considerar-se-ão prejudicados os demais.

§ 2º - Poderão ser solicitadas outras prorrogações, mas sempre por prazo igual ou inferior ao que já foi concedido.

§ 3º - O requerimento de prorrogação será considerado prejudicado pela ausência de seu autor no momento da votação.

§ 4º - Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados à Mesa antes do término da Ordem do Dia e, nas prorrogações concedidas, antes de se esgotar o prazo prorrogado.

§ 5º - As disposições contidas nesta seção não se aplicam às sessões solenes.

Seção III

Da Suspensão e Encerramento das Sessões

Art. 142 - A sessão poderá ser suspensa:

I - para a preservação da ordem;

II - para permitir, quando for o caso, que a Comissão possa apresentar parecer verbal ou escrito;

III - para recepcionar visitantes ilustres;

IV - outros motivos, mediante deliberação do Plenário.

§ 1º - A suspensão da sessão poderá ocorrer por decisão do Presidente ou a requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - O tempo de suspensão não será computado no de duração da sessão.

Art. 143 - A sessão será encerrada antes da hora regimental, pelo Presidente ou a requerimento de qualquer Vereador, nos seguintes casos:

I - por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento dos trabalhos;

II - em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou na ocorrência de calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos.

III - tumulto grave.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção IV Da Publicidade das Sessões

Art. 144 - Será dada ampla publicidade às sessões da Câmara, facilitando o trabalho da imprensa e publicando-se o resumo dos trabalhos no Site Oficial da Câmara e na Imprensa Oficial.

Parágrafo único. A publicação também será feita por afixação em local próprio na sede da Câmara.

** caput e parágrafo único do art. 144 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 145 - As Sessões da Câmara deverão ser transmitidas por meio eletrônico, através de transmissão ao vivo.

Parágrafo único. As Sessões da Câmara, a critério do Presidente, poderão ser transmitidas também por emissora local, que será considerada oficial, se houver vencido licitação para essa transmissão.

** caput e parágrafo único do art. 145 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção V Das Atas das Sessões

Art.146 - De cada sessão da Câmara, lavrar-se-á Atas dos trabalhos, contendo resumidamente os assuntos tratados.

§ 1º - Os documentos apresentados em sessão e as proposições serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - A transcrição de declaração de voto, feita resumidamente, por escrito, deve ser requerida ao Presidente.

§ 3º - A Ata da sessão anterior será votada, na fase do Expediente da sessão subsequente, independente de leitura.

§ 4º - Se não houver "quorum" para deliberação, os trabalhos terão prosseguimento e a votação da Ata se fará em qualquer fase da sessão, à primeira constatação de número regimental para deliberação.

§ 5º - Se o Plenário, por falta de "quorum" não deliberar sobre a Ata até o encerramento da sessão, a votação se transferirá para o Expediente da Sessão Ordinária seguinte.

§ 6º - A Ata poderá ser impugnada, quando for totalmente invalidada, por não descrever os fatos e situações realmente ocorridos, mediante requerimento de invalidação.

§ 7º - Poderá ser requerida a retificação da Ata, quando nela houver omissão ou equívoco parcial.

§ 8º - Cada Vereador poderá falar sobre a Ata apenas uma vez, por tempo nunca superior a cinco minutos, não sendo permitidos apartes.

§ 9º - Feita a impugnação ou solicitada a retificação da Ata, o Plenário deliberará a respeito.

§ 10º - Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova Ata e, aprovada a retificação, a mesma será incluída na Ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

§ 11º - Votada e aprovada a Ata, será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretários.

Art. 147 - A Ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação do Plenário, independentemente de "quorum", antes de encerrada a sessão.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção VI Das Sessões Ordinárias

Subseção I Disposições Preliminares

Art. 148 - As sessões ordinárias serão às 1ª, 2ª e 3ªs semanas de cada mês, realizando-se às terças-feiras, com início às 18:30 (dezoito e trinta) horas, salvo deliberação em contrário do Plenário.

Parágrafo Único - Recaindo a data de alguma sessão ordinária em ponto facultativo ou feriado, sem que haja qualquer deliberação do Plenário a respeito, sua realização ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil, seguinte, ressalvada a sessão de inauguração da legislatura, nos termos do art. 132 deste Regimento.

**Parágrafo único com nova redação dada pela Resolução n.º 132, de 18/05/07.*

Art. 148 "caput" com nova redação dada pela Resolução n.º 179, de 08/03/2017

Art. 149 - As sessões ordinárias compõem-se de três partes:

- I - Expediente;
- II - Ordem do Dia;
- III - Explicação Pessoal.

Parágrafo Único - Entre o final do Expediente e o início da Ordem do Dia haverá um intervalo de quinze minutos, salvo deliberação contrária do Plenário.

Art. 150 - O Presidente declarará aberta a Sessão, à hora prevista para o início dos trabalhos, após verificação do comparecimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, feita pelo 1º Secretário, por meio eletrônico ou através de chamada nominal.

§1º Não havendo número regimental para a instalação, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos, após o que declarará prejudicada a sessão, lavrando-se Ata resumida do ocorrido, que independerá de aprovação.

§ 2º - Instalada a sessão, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, não poderá haver qualquer deliberação na fase do Expediente, passando-se imediatamente à leitura de papéis e outros documentos recebidos.

§ 3º - Persistindo a falta da maioria absoluta dos Vereadores na fase da Ordem do Dia e observado o prazo de tolerância de 15 minutos, o Presidente declarará encerrada a sessão, lavrando-se a Ata do ocorrido, que independerá de aprovação.

§ 4º - A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da sessão, a requerimento de Vereador ou por iniciativa do Presidente, feita eletronicamente ou nominalmente, constando da Ata os nomes dos ausentes.

§ 5º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

** Caput, §§ 1º e 4º do art. 150 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Subseção II Do Expediente

Art. 151 - O Expediente destina-se à votação da Ata da Sessão anterior, à leitura das matérias recebidas, à leitura e votação de requerimentos e moções, à apresentação de proposições pelos Vereadores e ao uso da Tribuna.

Parágrafo Único - O Expediente terá a duração máxima e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

improrrogável de duas horas, a partir da hora fixada para o início da sessão.

Art. 152 - Instalada a sessão e inaugurada a fase do Expediente, o Presidente determinará ao 1º Secretário a leitura das matérias recebidas.

Art. 153 - Votada a Ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, devendo ser seguida a seguinte ordem:

- I - Expediente recebido do Prefeito;
- II - Expediente apresentado pelos Vereadores;
- III - Expediente recebido de diversos.

§ 1º - Na leitura das proposições, obedecer-se-ão a seguinte ordem:

- a) vetos;
- b) projetos de lei;
- c) projetos de decreto legislativo;
- d) projetos de resolução;
- e) substitutivos;
- f) emendas e subemendas;
- g) requerimentos;
- h) indicações;
- i) moções.

§ 2º - Dos documentos apresentados no Expediente serão fornecidas cópias, quando solicitadas pelos Vereadores.

§ 3º - A ordem estabelecida neste artigo é taxativa, não sendo permitida a leitura de papéis ou proposições fora do respectivo grupo ou fora da ordem cronológica de apresentação, vedando-se, igualmente, qualquer pedido de preferência nesse sentido.

Art. 154 - Terminada a leitura das matérias mencionadas no artigo anterior, o Presidente destinará o tempo restante do Expediente para debates e votações e ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

- I - proposituras sujeitas a deliberação do Plenário;
- II - votação de moções;

III - uso da palavra, pelos Vereadores inscritos, iniciando-se em ordem alfabética, em sistema de rodízio em cada sessão, prosseguindo-se, sucessivamente, com exceção do Presidente, versando sobre tema livre.

*** Inciso III, do art. 154, com redação dada pela Resolução nº 138, de 13/11/07..**

Alínea Única - Manifestando o desejo de discutir proposituras o Vereador fará requerimento à Mesa, nos termos do artigo 213 deste Regimento, e, em caso de aprovação a propositura será inserida na Ordem do Dia da mesma Sessão, para discussão e votação do Plenário.

§ 1º - As inscrições dos oradores, para o Expediente, serão feitas em livro especial, sob a fiscalização do 1º Secretário.

§ 2º - O Vereador que, inscrito para falar no Expediente, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra, perderá a vez.

§ 3º - O prazo para o inscrito usar da tribuna será o tempo que remanescer para o término do expediente, sem apartes, dividindo-se pelo número de inscritos.

§ 4º - É vedada a cessão ou a reserva de tempo para o orador que ocupar a Tribuna, nesta fase da sessão.

§ 5º - Ao inscrito que, por esgotar o tempo reservado ao Expediente, for interrompido em sua palavra, será assegurado o direito de ocupar a Tribuna, em primeiro lugar, na sessão seguinte, para completar o tempo regimental.

§ 6º - A inscrição para o uso da palavra no Expediente, em tema



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

livre, para aqueles Vereadores que não usarem da palavra na sessão, prevalecerá para a Sessão seguinte e, assim, sucessivamente.

** Inciso I, alínea única e §§ 2º, 3º e 5º do art. 154 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 155 - Findo o expediente e decorrido o intervalo de 15 (quinze) minutos, o Presidente determinará o registro de presença eletronicamente, para que se possa iniciar a Ordem do Dia.

**caput do art. 155 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Subseção III Da Ordem do Dia

Art. 156 - Ordem do Dia é a fase da Sessão onde serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta.

§ 1º - A Ordem do Dia somente será iniciada com a presença da maioria dos Vereadores.

§ 2º - Não havendo número legal, a sessão será encerrada nos termos deste Regimento.

Art. 157 - A pauta da Ordem do Dia, que deverá ser organizada vinte e quatro horas antes da sessão e divulgada no site oficial da Câmara Municipal, obedecerá a seguinte disposição:

- a) matéria em regime de urgência;
- b) vetos;
- c) matéria em Discussão e Votação únicas;
- d) matérias em 2ª Discussão e Votação;
- e) matérias em 1ª Discussão e Votação.

§ 1º - Obedecida essa classificação, as matérias figurarão, ainda, segundo a ordem cronológica de antigüidade.

§ 2º - A disposição das matérias na Ordem do Dia só poderá ser interrompida ou alterada por requerimento de Urgência Especial da Ordem do Dia e aprovado pelo Plenário.

§ 3º - A Secretaria disponibilizará cópia das proposições, antes da votação, se solicitada pelo vereador.

** caput, Alínea a e § 3º do art. 157 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 158 - Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Art. 159 - Não será admitida a discussão e votação de projetos sem prévia manifestação das Comissões, exceto nos casos expressamente previstos neste Regimento.

Art. 160 - O Presidente anunciará o item de pauta que se tenha que discutir e votar, determinando ao 1º Secretário que proceda a leitura.

Parágrafo único - A leitura de determinada matéria, ou de todas as constantes na Ordem do Dia, pode ser dispensadas a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

Art. 161 - As proposições constantes da Ordem do Dia poderão ser objeto de:

- I - preferência para votação;
- II - adiamento;
- III - retirada da pauta;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 1º - Se houver uma ou mais proposições constituindo processos distintos, anexadas à proposição que se encontra em pauta, a preferência para votação de uma delas dar-se-á mediante requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador, com assentimento do Plenário.

§ 2º - O Requerimento, de preferência, será votado sem discussão, não se admitindo encaminhamento de votação, nem declaração de voto.

§ 3º - Votada uma proposição todas as demais que tratem do mesmo assunto, ainda que a ela não anexadas, serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Art. 162 - O adiamento de discussão ou de votação de proposição poderá, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo, ser formulado em qualquer fase de sua apreciação em Plenário, através de requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador, devendo especificar a finalidade e o número de sessões do adiamento proposto.

§ 1º - O Requerimento de adiamento é prejudicial à continuação da discussão ou votação da matéria a que se refere, até que o Plenário sobre o mesmo delibere.

§ 2º - Apresentado um Requerimento de adiamento, outros poderão ser formulados, antes de se proceder à votação, que se fará rigorosamente pela ordem de apresentação dos requerimentos, não se admitindo, neste caso, pedidos de preferência.

§ 3º - O adiamento da votação de qualquer matéria será admitido, desde que não tenha sido ainda votada nenhuma peça do processo.

§ 4º - A aprovação de um requerimento de adiamento prejudica os demais.

§ 5º - Rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do § 2º, não se admitirão novos pedidos de adiamento com a mesma finalidade.

§ 6º - O adiamento de discussão, por determinado número de sessão, importará sempre no adiamento da votação da matéria por igual número de sessões ordinárias.

§ 7º - Os requerimentos de adiamento não comportarão discussões, nem encaminhamento de votação, nem declaração de votos.

Art. 163 - A retirada de proposição constante na Ordem do Dia dar-se-á:

I - por solicitação de seu autor, quando o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação tenha concluído pela inconstitucionalidade, ou ilegalidade, ou quando a proposição não tenha parecer favorável de Comissão de Mérito;

II - por requerimento do autor, sujeito à deliberação do Plenário, sem discussão, encaminhamento de votação e declaração de voto, quando a proposição tenha parecer favorável, mesmo que de uma só das Comissões de Mérito, que sobre a mesma se manifestou.

Parágrafo Único - Obedecido ao disposto no presente artigo, as proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser retiradas mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

Art. 164 - A discussão e a votação das matérias propostas será feita na forma determinada nos capítulos referentes ao assunto.

Art. 165 - Não havendo mais matérias sujeitas à deliberação do Plenário, na Ordem do Dia, o Presidente declarará aberta a fase da Explicação Pessoal.

Parágrafo Único - Se nenhum Vereador solicitar a palavra, em Explicação Pessoal, ou findo o tempo destinado à sessão, o Presidente dará por encerrados os trabalhos.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 166 - A requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores, ou de ofício pela Mesa, poderá ser convocada Sessão Extraordinária para apreciação de remanescente da pauta da Sessão Ordinária.

Subseção IV Da Explicação Pessoal

Art. 167 - Esgotada a pauta da Ordem do Dia, desde que presente um terço, no mínimo, dos Vereadores, passar-se-á à Explicação Pessoal.

Art. 168 - Explicação Pessoal é a fase destinada à manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais, assumidas durante a sessão.

§ 1º - Explicação Pessoal terá a duração máxima e improrrogável de trinta minutos.

§ 2º - O Presidente concederá a palavra aos Oradores inscritos, segundo a ordem alfabética e em sistema de rodízio em cada sessão, com exceção do Presidente, obedecidos os critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 154, deste Regimento.

***§ 2º, do art. 168, com redação dada pela Resolução n.º 138, de 13/11/07.**

§ 3º - A inscrição para falar em Explicação Pessoal será solicitada durante a sessão e anotada cronologicamente pelo 1º Secretário, em livro próprio.

§ 4º - O orador terá o prazo de 5 (cinco) minutos, para uso da palavra e não poderá desviar-se da finalidade da Explicação Pessoal, podendo ser aparteado.

§ 5º - O não atendimento do disposto no parágrafo anterior sujeitará o orador à advertência pelo Presidente, e, na reincidência, à cassação da palavra.

§ 6º - A sessão não poderá ser prorrogada para uso da palavra em Explicação Pessoal.

*** caput e § 4º do art. 168 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.**

Art. 169 - Não havendo mais Oradores para falar em Explicação Pessoal, o Presidente comunicará aos Senhores Vereadores a data da próxima sessão, anunciando a respectiva pauta, se já tiver sido organizada, e declarará encerrada a sessão, ainda que antes do prazo regimental de encerramento.

Seção VII Das Sessões Extraordinárias na Sessão Legislativa Ordinária.

Art. 170 - As Sessões extraordinárias, no período normal de funcionamento da Câmara, serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em Sessão ou fora dela.

§ 1º - Quando feita fora da Sessão, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas

§ 2º - Sempre que possível, a convocação far-se-á em Sessão.

§ 3º - As Sessões extraordinárias poderão realizar-se em qualquer hora e dia, inclusive aos domingos e feriados.

§ 4º (Revogado)

***§ 4º, do art. 170, revogado pela Resolução nº 063, de 13/11/92.**

*** §§ 1º e 2º do art. 170 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.**



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 171 - Na sessão extraordinária não haverá Expediente, nem Explicação Pessoal, sendo todo o seu tempo destinado à Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Aberta a Sessão Extraordinária, com a presença de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de 15 (quinze) minutos, com a maioria absoluta para discussão e votação das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos, determinando a lavratura da respectiva Ata, que independerá de aprovação.

** parágrafo único do art. 171 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Art. 172 - Só poderão ser discutidas e votadas, nas sessões extraordinárias, as proposições que tenham sido objeto da convocação.

Parágrafo único. Poderá ser solicitada a retirada de pauta de projeto, consoantes regras estabelecidas neste Regimento Interno.

** parágrafo único do art. 172 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção VIII

Da Sessão Legislativa Extraordinária

Art. 173 - A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente, no período de recesso, por prazo determinado, pelo Prefeito, sempre que necessário, mediante ofício dirigido ao seu Presidente, ou a requerimento da maioria dos membros do Legislativo, para se reunir no mínimo dentro de 3 (três) dias salvo motivo de extrema urgência.

** Artigo 173, "caput", com redação dada pela Resolução nº 065, de 12/02/93.*

§ 1º - O Presidente da Câmara dará conhecimento da convocação aos Vereadores, em Sessão ou fora dela.

§ 2º - Se a convocação ocorrer fora da Sessão, a comunicação aos Vereadores deverá ser por escrito, devendo-lhes ser encaminhada, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do ofício de convocação.

§ 3º - A câmara poderá ser convocada para uma única sessão, para um período determinado de várias sessões em dias sucessivos ou para todo o período de recesso.

§ 4º - Se do ofício de convocação não constar o horário da sessão ou das sessões a serem realizadas, será obedecido ao previsto no art. 148, deste Regimento para as sessões ordinárias.

§ 5º - A convocação extraordinária da Câmara implicará a imediata inclusão do projeto, constante da convocação, na Ordem do Dia.

§ 6º - Continuará a correr, na sessão legislativa extraordinária, e por todo o período de sua duração, o prazo a que estiverem submetidos os projetos objeto da convocação.

§ 7º - Nas sessões da sessão legislativa extraordinária não haverá a fase do Expediente, nem a de Explicação Pessoal, sendo todo o seu tempo destinado à Ordem do Dia.

§ 8º - As sessões extraordinárias, de que trata este artigo, serão abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara e não terão tempo de duração determinado.

** § 2º do art. 173 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção IX Das Sessões Secretas

Art. 174 – Revogado.

§ 1º - Revogado.

§ 2º - Revogado.

§ 3º - Revogado.

§ 4º - Revogado.

§ 5º - Revogado.

§ 6º - Revogado.

§ 7º - Revogado.

Art. 175 – Revogado.

1 – Revogado.

2 – Revogado.

3 – Revogado.

4 – Revogado.

**Artigos 174, parágrafos 1º a 7º e 175, itens 1 a 4, revogados pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

Seção X Das Sessões Solenes

Art. 176 - As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente, ou por deliberação da Câmara mediante requerimento aprovado por maioria simples, destinando-se às solenidades cívicas e oficiais.

§ 1º - Estas sessões poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e independem de "quorum" para sua instalação e desenvolvimento.

§ 2º - Não haverá Expediente, Ordem do Dia e Explicação Pessoal nas sessões solenes, sendo, inclusive, dispensadas a verificação de presença e a leitura da Ata da sessão anterior.

§ 3º - Nas sessões solenes, não haverá tempo determinado para o seu encerramento.

§ 4º - Será elaborado, previamente, e com ampla divulgação, o programa a ser obedecido na sessão solene, podendo, inclusive, usarem da palavra autoridades, homenageados e representantes de classe e de associações, sempre a critério da Presidência da Câmara.

§ 5º - O ocorrido na sessão solene será registrado em Ata, que independe de deliberação.

§ 6º - Independe de convocação a sessão solene de posse a instalação da legislatura, de que trata este Regimento.

TÍTULO VI Das Proposições

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 177 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário.

§ 1º - As proposições poderão consistir em:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- a) proposta de emenda à Lei Orgânica;
- b) projetos de lei complementar;
- c) projetos de lei;
- d) projetos de decreto legislativo;
- e) projetos de Resolução;
- f) substitutivos;
- g) emendas ou subemendas;
- h) vetos;
- i) requerimento;
- j) moções;
- k) indicações.

§ 2º - As proposições deverão ser redigidas em termos claros, devendo conter ementa de seu assunto.

Alínea k do art. 177 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Seção I **Da Apresentação das Proposições**

Art. 178 - As proposições serão apresentadas à Secretaria da Câmara para protocolo, de forma física ou digital, com antecedência mínima de 30 (trinta) horas e, em caráter especial, à Mesa da Câmara durante o andamento da Sessão.

§ 1º - As proposições iniciadas pelo Prefeito serão apresentadas e protocoladas na Secretaria Administrativa, no mesmo prazo previsto no "caput".

§ 2º - As proposições de iniciativa popular obedecerão ao disposto no artigo 268 deste Regimento.

** caput do art. 178 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.*

Seção II **Do Recebimento das Proposições**

Art. 179 - A Presidência deixará de receber qualquer proposição:

I - que, aludindo à Lei, Decreto ou Regulamento ou qualquer outra norma legal, não venha acompanhada do seu texto;

II - que, fazendo menção à cláusula de contratos ou de convênios, não os transcreva por extenso;

III - que seja anti-regimental;

IV - que, sendo de iniciativa popular, não atenda aos requisitos do art. 268 deste Regimento;

V - que seja apresentada por Vereador ausente à sessão, salvo requerimento de licença por moléstia devidamente comprovada;

VI - que tenha sido rejeitada ou vetada na mesma sessão legislativa e não seja subscrita pela maioria absoluta da Câmara;

VII - que configure emenda, subemenda, ou substituição não pertinente à matéria contida no projeto;

VIII - que, constando como mensagem aditiva do Chefe do Executivo, em lugar de adicionar algo ao projeto original, modifique a sua redação, suprima ou substitua, em parte ou no todo, algum artigo, parágrafo ou inciso;

IX - que, contendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de requerimento.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 180 - Considerar-se-á autor da proposição, para efeitos regimentais, todos os seus signatários, ressalvadas as proposições de iniciativa popular, que atenderão ao disposto neste Regimento.

**Artigo 180 com nova redação, dada pela Resolução nº 135, de 07/11/07.*

Seção III Da Retirada da Proposição

Art. 181 - A retirada da propositura em curso na Câmara é permitida:

I - quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos subscritores da proposição;

II - Quando de autoria de um ou mais vereadores, mediante requerimento de todos os autores;

III - quando de autoria de Comissão, pelo requerimento da maioria de seus membros;

IV - quando de autoria da Mesa, mediante o Requerimento da maioria de seus membros;

V - quando de autoria do Prefeito, por ofício subscrito pelo chefe do Executivo.

§ 1º - O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebido antes de iniciada a votação da matéria.

§ 2º - Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, caberá ao Presidente apenas determinar o seu arquivamento.

§ 3º - Se a matéria já estiver incluída na Ordem do Dia, caberá ao Plenário a decisão sobre o requerimento.

§ 4º - As assinaturas de autoria quando constituírem “quórum” para apresentação não poderão ser retiradas após a proposição ter sido encaminhada à Mesa ou protocolada na Secretaria Administrativa.

Inciso II e § 4º do art. 181 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Seção IV Do Arquivamento e do Desarquivamento

Art. 182 - Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abrem crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

I - com pareceres favoráveis de todas as Comissões;

II - já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;

III - de iniciativa popular.

Parágrafo Único - A proposição poderá ser desarquivada, mediante requerimento de qualquer Vereador, dirigido ao Presidente, dentro dos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da primeira sessão legislativa ordinária, da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção V

Do Regime de Tramitação das Proposições

Art. 183 - As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

- I - Urgência Especial;
- II - Urgência;
- III - Ordinária.

Art. 184 - A Urgência Especial é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e de parecer, para que determinado projeto seja imediatamente considerado, a fim de evitar grave prejuízo ou perda de sua oportunidade.

Art. 185 - Para a concessão deste regime de tramitação serão obrigatoriamente, observadas as seguintes normas e condições:

I - a concessão de Urgência Especial dependerá de apresentação de requerimento escrito, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado, com a necessária justificativa, e nos seguintes casos:

- a) pela Mesa, em proposição de sua autoria,
- b) por 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores.

II - o requerimento de Urgência Especial poderá ser apresentado e submetido ao Plenário em qualquer fase da sessão;

III - o requerimento de Urgência Especial poderá ser discutido, sendo facultado aos líderes das bancadas partidárias o encaminhamento da votação pelo prazo improrrogável de cinco minutos;

**Inciso III, da alínea "b", do art. 185, com redação dada pela Resolução n.º 092, de 21/10/97.*

IV - não poderá ser concedida Urgência Especial para qualquer projeto, com prejuízo de outra Urgência Especial já apresentada ou votada, salvo nos casos de segurança e calamidade pública;

V - o requerimento de Urgência Especial depende, para a aprovação de "quorum" da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 186 - Concedida a Urgência Especial para projeto que não conte com Pareceres, o Presidente designará Relator Especial, devendo a Sessão ser suspensão para elaboração do Parecer escrito.

Parágrafo Único - A matéria, submetida ao regime de urgência especial, devidamente instruída com os pareceres das comissões, ou o parecer do Relator Especial, entrará imediatamente em discussão e votação, com preferência sobre todas as demais matérias da Ordem do Dia.

caput do art. 178 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 187 - O regime de Urgência implica na redução dos prazos regimentais e se aplica somente aos projetos de autoria do Executivo, submetidos ao prazo de até 40 (quarenta) dias para apreciação.

** Artigo 187, "caput", com redação dada pela Resolução nº 063, de 13/11/92.*

§ 1º - Os projetos submetidos ao Regime de Urgência serão enviados às Comissões Permanentes pelo Presidente, dentro do prazo de 3 (três), após leitura no expediente da Sessão.

§ 2º - O Presidente da Comissão Permanente terá o prazo de vinte e quatro horas para designar Relator, a contar da data do seu recebimento.

§ 3º - O Relator designado terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar parecer, findo o qual, sem que o mesmo tenha sido apresentado, o Presidente da Comissão Permanente avocará o processo e emitirá parecer.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 4º - A Comissão Permanente terá o prazo total de 6 (seis) dias para exarar seu parecer a contar do recebimento da matéria.

§ 5º - Findo o prazo para a Comissão competente emitir o seu parecer, o processo será enviado a outra Comissão Permanente ou incluído na Ordem do Dia, sem o parecer da Comissão faltosa.

§ 1º do art. 187 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 188 - A tramitação ordinária aplica-se às proposições que não estejam submetidas ao Regime de Urgência Especial ou Regime de Urgência.

CAPÍTULO II Dos Projetos

Seção I Disposições Preliminares

Art. 189 - A Câmara Municipal exerce a sua função legislativa por meio de:

- I - projetos de emenda à Lei Orgânica,
- II - projetos de lei complementar,
- III - projetos de lei,
- IV - projetos de Decreto Legislativo,
- V - projetos de Resolução

Parágrafo Único - São requisitos para apresentação dos projetos:

- a) ementa de seu conteúdo;
- b) enunciação exclusivamente da vontade legislativa;
- c) divisão em artigos numerados, claros e concisos;
- d) menção da resolução das disposições em contrário, quando for o caso;
- e) assinatura do autor;
- f) justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentem a adoção de medida proposta;
- g) observância, no que couber, ao disposto no art. 179 deste Regimento, quando ao recebimento das proposições.

Seção II Do Projeto de Emenda à Lei Orgânica

Art. 190 - Projeto de emenda à Lei Orgânica é a proposição destinada a modificar, suprimir ou acrescentar dispositivo à Lei Orgânica do Município.

Art. 191 - A Câmara apreciará projeto de emenda à Lei Orgânica, desde que:

- I - apresentada por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, pelo Prefeito ou por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;
- II - desde que não esteja sob intervenção Federal, Estadual ou estado de sítio;
- III - não proponha a extinção do Município e a abolição da Federação.

Art. 192 - O projeto de emenda à Lei Orgânica será submetido a dois turnos de votação, com interstício mínimo de 10 (dez) dias e será aprovado pelo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

"quorum" de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 193 - Aplicam-se ao projeto de emenda à Lei Orgânica, no que não colidir com o estatuído nesta seção, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Seção III Dos Projetos de Lei

Art. 194 - Projeto de lei é a proposição que tem por fim regular toda a matéria de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

Parágrafo Único - A iniciativa dos projetos de lei será:

I - do Vereador;

II - da Mesa da Câmara;

III - das Comissões Permanentes;

IV - do Prefeito;

V - de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.

Art. 195 - É da competência privativa do Prefeito a iniciativa das lei que disponham sobre:

I - a criação, estruturação e atribuição das Secretarias, órgãos e entidades da administração pública municipal;

II - a criação de cargos, empregos e funções na administração pública direta e autárquica, bem como a fixação e aumento de sua remuneração;

III - regime jurídico dos servidores municipais;

IV - o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como a abertura de créditos suplementares e especiais.

§ 1º - Nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvadas as leis orçamentárias.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não serão aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

Art. 196 - Se o Prefeito julgar urgente a matéria, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em até 40 (quarenta) dias, contados de seu recebimento na Secretaria Administrativa.

§ 1º - A fixação de prazo deverá ser sempre expressa e poderá ser feita a remessa do projeto em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento desse pedido, como seu termo inicial.

§ 2º - Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto no "caput", o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação, quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.

§ 3º - Os prazos previstos neste artigo aplicam-se, também, aos projetos de lei para os quais se exija aprovação por "quorum" de dois terços.

§ 4º - Os prazos previstos neste artigo não correm no período de recesso e nem se aplicam aos projetos de códigos.

§ 5º - Observadas as disposições regimentais, a Câmara poderá apreciar em qualquer tempo, os projetos para os quais o Prefeito não tenha solicitado o prazo de apreciação.

Art. 197 - O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as Comissões Permanentes a quer for distribuído, será tido como rejeitado.

§ 1º - Quando somente uma Comissão Permanente tiver competência regimental para a apreciação do mérito de um projeto, seu parecer não acarretará a rejeição da proposição, que deverá ser submetida ao Plenário.

§ 2º - Caso o Presidente não determinar seu arquivamento de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pronto, poderá submeter o parecer contrário à consideração do Plenário.

§ 3º - Em ocorrendo a rejeição do parecer contrário pelo Plenário, a matéria passará ao curso normal em tramitação.

Art. 198 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, salvo matéria oriunda do Executivo Municipal, por mais uma vez.

Art. 199 - Os projetos de lei submetidos a prazo de apreciação, deverão constar, obrigatoriamente, da Ordem do Dia, independentemente de parecer das Comissões, após o término do prazo.

Art. 200 - São de iniciativa popular os projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação, de pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, atendidas as disposições deste Regimento.

Seção IV

Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 201 - Projeto de Decreto Legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara, que exerce os limites de sua economia interna, não sujeita à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

§ 1º - Constitui matéria de decreto legislativo;

a) a fixação da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;

b) a concessão de licença ao Prefeito;

c) a cassação do mandato do Prefeito e do Vice- Prefeito;

d) a concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município;

e) aprovação ou rejeição de contas do Executivo.

§ 2º - Será de exclusiva competência da Mesa a apresentação dos projetos de decreto legislativo a que se referem as alíneas "b" e "c", do parágrafo anterior, competindo, nos demais casos, à Mesa, às Comissões ou aos Vereadores.

Seção V

Dos Projetos de Resolução

Art. 202 - Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre a sua Secretaria Administrativa, a Mesa e os vereadores.

§ 1º - Constitui matéria de projeto de Resolução:

a) destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros;

b) fixação de remuneração dos Vereadores;

c) elaboração e reforma do Regimento Interno;

d) julgamento de recursos;

e) constituição das Comissões de Assuntos Relevantes e de Representação;

f) organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos ou funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e os limites constitucionais (art. 48 c.c art. 51, IV da CF);

g) a cassação de mandato de Vereador;

h) demais atos de economia interna da Câmara;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 2º - A iniciativa dos projetos de Resolução poderá ser da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores, sendo exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação a iniciativa do projeto previsto na alínea "d" do parágrafo anterior.

Alínea b do § 1º do art. 202 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Subseção Única Dos Recursos

Art. 203 - Os recursos contra atos do Presidente da Mesa da Câmara ou de Presidente de qualquer Comissão serão interpostos dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência por simples petição dirigida à Presidência.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para opinar e elaborar projeto de Resolução.

§ 2º - Apresentado o parecer, em forma de projeto de resolução acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido a uma única discussão e votação

§ 3º - Aprovado o recurso, o recorrido deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob a pena de se sujeitar a processo de destituição.

§ 4º - Rejeitado o recurso, a decisão recorrida será integralmente mantida.

CAPÍTULO III Dos Substitutivos, Emendas e Subemendas

Art. 204 - Substitutivo é o projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução, apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já em tramitação sobre o mesmo assunto.

§ 1º - Não é permitido ao Vereador ou Comissão apresentar mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

§ 2º - Apresentado o substitutivo por Comissão competente, será enviado às outras Comissões que devam ser ouvidas a respeito e será discutido e votado, preferencialmente, antes do projeto inicial.

§ 3º - Apresentado o substitutivo por Vereador, será enviado às Comissões competentes e será discutido e votado, preferencialmente, antes do projeto original.

§ 4º - Sendo aprovado o substitutivo, o projeto original ficará prejudicado e, no caso de rejeição, tramitará normalmente.

Art. 205 - Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas:

I - Emenda supressiva é a que visa suprimir, em parte ou no todo, o artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item do projeto;

II - Emenda substitutiva é a que deve ser colocada em lugar do artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item do projeto;

III - Emenda aditiva é a que deve ser acrescentada ao corpo ou aos termos do artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item do projeto;

IV - Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item, sem alterar a sua substância.

§ 2º - A emenda, apresentada à outra emenda, denomina-se



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

subemenda.

§ 3º - As emendas e subemendas recebidas serão discutidas e, se aprovadas, será dada nova redação ao projeto original, na forma do aprovado.

§ 3º do art. 205 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 206 - Os substitutivos, emendas e subemendas poderão ser apresentadas e recebidas:

I- durante a primeira ou única discussão do projeto original, por qualquer vereador ou Comissão;

II- durante segunda discussão, desde que subscritas por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Caput e incisos I e II do art. 206 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 207 - Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 1º - O autor do projeto do qual o Presidente tiver recebido substitutivo, emenda ou subemenda estranhos ao seu projeto, terá o direito de recorrer, ao Plenário, da decisão do Presidente.

§ 2º - Idêntico direito de recurso contra ato do Presidente, que não receber o substitutivo, emenda ou subemenda, caberá ao seu autor.

§ 3º - As emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto serão destacadas para constituírem projetos em separado, sujeitos à tramitação regimental.

§ 4º - O substitutivo estranho à matéria do projeto tramitará como projeto novo.

Art. 208 - Constitui projeto novo, mas equiparado à emenda aditiva, para fins de tramitação regimental, a mensagem aditiva do Chefe do Executivo, que pode acrescentar algo ao projeto original, modificar sua redação, suprimir ou substituir no todo ou em parte algum dispositivo, de projetos de sua autoria.

Parágrafo Único - A mensagem aditiva somente será recebida até a primeira ou única discussão do projeto original.

Caput do art. 208 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 209 - Não serão admitidos emendas que impliquem aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvado o disposto no art. 165, §§ 3º e 4º da Constituição Federal.

II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal

CAPÍTULO IV Dos Requerimentos

Art. 210 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito formulado sobre qualquer assunto, que implique decisão ou resposta.

Art. 211 - Serão decididos pelo Presidente da Câmara e formulados verbalmente, os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou a desistência dela;

II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

233 deste Regimento;

III - interrupção do discurso do orados nos casos previstos no art.

IV - informações sobre trabalhos ou pauta da Ordem do Dia;

V - a palavra, para declaração do voto;

VI - verificação de presença;

VII - verificação nominal de votação.

Incisos de II a VII do art. 211 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 212 - Serão decididos pelo Presidente da Câmara e, escritos, os requerimentos que solicitem:

I - transcrição em Ata de declaração de voto formulada por escrito;

II - inserção do documento em Ata;

III - desarquivamento de projetos nos termos deste Regimento;

alguma proposição;

V - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por

outra;

VI - juntada ou desentranhamento de documento

Presidência ou da Câmara;

VIII - requerimento de reconstituição de processos.

Art. 213 - Serão decididos pelo Plenário e, formulados verbalmente, os requerimentos que solicitem:

I - retificação da Ata;

II - invalidação da Ata, quando impugnada;

constantes da Ordem do Dia;

proposição;

V - preferência na discussão ou da votação de uma proposição

sobre outra;

VI - encerramento da discussão nos termos do art. 237 deste

Regimento;

VII - reabertura de discussão;

VIII - destaque de matéria para votação;

IX - votação pelo processo simbólico;

X - prorrogação do prazo de suspensão da sessão.

Parágrafo Único - O requerimento de retificação e de invalidação da Ata serão discutidos e votados na fase do Expediente da sessão ordinária, ou na Ordem do Dia da sessão extraordinária em que for deliberada a Ata, sendo os demais discutidos e votados no início ou no transcorrer da Ordem do Dia da mesma sessão de sua apresentação.

Art. 214 - Serão discutidos pelo Plenário, e escritos, os requerimentos que solicitem:

Regimento;

I - vista de processo, observado o previsto no art. 229 deste

Inquérito concluir seus trabalhos, nos termos do art. 124 deste Regimento;

pelo seu autor;

III - retirada de proposição já incluída na Ordem do Dia, formulada

IV - Revogado.

V - urgência especial;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

VI - constituição de precedentes;
VII - informações ao Prefeito sobre assunto determinado, relativo à Administração Municipal.

VIII - convocação do Secretário Municipal;

IX - licença do vereador;

X - a iniciativa da Câmara, para a abertura de inquérito policial ou de instauração de ação penal contra o Prefeito e intervenção no processo-crime respectivo.

XI- informações para pessoas jurídicas privadas, órgãos públicos, entidades, associações, entre outros, relativas a assuntos diversos.

**Inciso IV, do art. 214, revogado pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

Incisos XI do art. 214 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Parágrafo único - O requerimento de urgência especial poderá ser apresentado, discutido e votado no início ou no transcorrer da Ordem do Dia e os demais serão lidos e votados no Expediente da mesma sessão de sua apresentação.

**Parágrafo único, do art. 214, com redação dada pela Resolução nº 063, de 13/11/92.*

Art. 215 - O requerimento verbal de adiamento da discussão ou votação e o escrito de vista de processos devem ser formulados por prazo determinado, devendo coincidir o seu término com a data da sessão ordinária subsequente.

Art. 216 - As representações de outras edilidades solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto serão levadas na fase do Expediente, para conhecimento do Plenário.

Art. 217 - Não é permitido dar forma de requerimento a assuntos que constituem objetos de indicação, sob pena de não recebimento, pelo Presidente.

CAPÍTULO V **Das Indicações**

Art. 218 - Indicação é o ato escrito que o Vereador sugere medida de interesse público às autoridades competentes, ouvindo-se o Plenário, se assim o solicitar, devendo, neste caso, ser apreciada no Expediente.

Caput art. 218 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 219 - As indicações serão lidas no Expediente e encaminhadas de imediato a quem de direito, independentemente de deliberação.

Parágrafo Único - Se a deliberação tiver sido solicitada, o encaminhamento somente será feito após a aprovação do Plenário, na Ordem do Dia.

CAPÍTULO VI **Das Moções**

Art. 220 - Moções são proposições da Câmara a favor ou contra determinado assunto.

§ 1º - As moções podem ser de:

I - protesto;

II - repúdio;

III - apoio;

IV - pesar por falecimento;

V - congratulações ou louvor;

VI - apelo;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

VII - desagravo.

** Incisos VI e VII acrescentados pela Resolução nº 086, de 13/06/97.*

§ 2º - As moções serão lidas e votadas, na fase do expediente da mesma sessão de sua apresentação.

§ 3º - Revogado.

**§ 3, do art. 220, revogado pela Resolução n.º 091, de 21/10/97.*

TÍTULO VII Do Processo Legislativo

CAPÍTULO I Do Recebimento e Distribuição das Proposições

Art. 221 - Toda proposição recebida pela Mesa, após ter sido protocolada, será lida por um dos Secretários, no Expediente, ressalvados os casos expressos neste Regimento.

Parágrafo Único - A leitura da proposição, nos termos deste artigo, poderá ser substituída, a critério da Mesa, pela distribuição da respectiva cópia xerográfica a cada Vereador.

Caput do art. 221 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 222 - Além do que estabelece o art. 179, a Presidência devolverá ao autor qualquer proposição que:

- I - não esteja devidamente formalizada e em termos;
- II - versar matéria:
 - a) alheia à competência da Câmara;
 - b) evidentemente inconstitucional;
 - c) anti-regimental.

Art. 223 - Compete ao Presidente da Câmara, através de despacho, dentro do prazo improrrogável de 3 (três) dias, a contar da data da leitura dos projetos, encaminhá-los às Comissões Permanentes que, por sua natureza, devem opinar sobre o assunto.

§ 1º - Antes da distribuição o Presidente mandará verificar se existe projeto em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa, caso em que fará a distribuição por dependência, determinando sua apensação.

§ 2º - Ressalvados os casos expressos neste Regimento, o projeto será distribuído:

- a) obrigatoriamente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para o exame da admissibilidade jurídica e legislativa;
- b) quando envolver aspecto financeiro ou orçamentário públicos, à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para o exame da compatibilidade ou adequação orçamentária;
- c) Às Comissões referidas nas alíneas anteriores e às demais Comissões, quando a matéria de sua competência estiver relacionada com o mérito do projeto.

§ 3º - O Relator designado terá o prazo de 7 (sete) dias para a apresentação de parecer.

§ 4º - A Comissão terá o prazo total de 15 (quinze) dias para emitir parecer, a contar do recebimento da matéria.

Caput, §§ 1º e 2º e alínea c do art. 223 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 224 - Quando qualquer projeto for atribuído a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente ou em conjunto, sendo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação ouvida sempre em primeiro lugar.

Caput do art. 224 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 225 - Por entendimento entre os respectivos presidentes, duas ou mais Comissões poderão apreciar matéria em conjunto, presididas pelo mais idoso dentre eles, ou pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, se esta fizer parte da reunião.

CAPÍTULO II

Dos Debates e das Deliberações

Seção I

Disposições Preliminares

Subseção I

Da Prejudicabilidade

Art. 226 - Na apreciação pelo Plenário, consideram-se prejudicadas e assim serão declaradas pelo Presidente, que determinará seu arquivamento:

I - a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado;

II - a proposição original, com as respectivas emendas ou subemendas, quando tiver substitutivo aprovado;

III - a emenda ou subemenda de matéria idêntica a de outra, já aprovada ou rejeitada;

IV - o requerimento com a mesma finalidade, já aprovado ou rejeitado, salvo se consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação anterior.

Subseção II

Do Destaque

Art. 227 - Destaque é o ato de separar do texto um dispositivo ou uma emenda a ele apresentada, para possibilitar a sua apreciação isolada pelo Plenário.

Parágrafo Único - O destaque deve ser requerido de forma verbal por vereador e aprovado pelo Plenário e implicará a preferência na discussão e na votação de emenda ou do dispositivo destacado sobre os demais do texto original.

Parágrafo único do art. 227 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Subseção III

Da Preferência

Art. 228 - Preferência é a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra, mediante requerimento verbal aprovado pelo Plenário.

Parágrafo Único - Terão preferência para a discussão e votação, independentemente de requerimento, as emendas supressivas, os substitutivos, o requerimento de licença de Vereador, o decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e o requerimento de adiamento que marque prazo menor.

Caput do art. 228 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Subseção IV Do Pedido de Vista

Art. 229 - O Vereador poderá requerer vista de processo relativa a qualquer proposição, desde que essa esteja sujeita ao regime de tramitação ordinária.

Parágrafo Único - O Requerimento de vista deve ser escrito e deliberado pelo Plenário, não podendo o seu prazo exceder o período de tempo correspondente ao intervalo entre uma sessão ordinária e outra.

Subseção V Do Adiamento

Art. 230 - O requerimento verbal de adiamento de discussão ou de votação de qualquer proposição estará sujeito à deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto no início da Ordem do Dia ou durante a discussão da proposição a que se refere.

§ 1º - A apresentação do requerimento não pode interromper o orador que estiver com a palavra e o adiamento deve ser proposto por tempo determinado, contado em número de sessão.

§ 2º - Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamentos, será votado, primeiramente, o que marcar menor prazo.

§ 3º - Somente será admissível requerimento de adiamento da discussão ou da votação de projetos, quando estes estiverem sujeitos ao regime de tramitação ordinária.

Caput do art. 230 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Seção II Das Discussões

Art. 231 - Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

§ 1º - Terão discussão única todos os Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução.

§ 2º - Terão discussão única os projetos de lei que:

a) sejam de iniciativa do Prefeito e estejam, por solicitação expressa, em Regime de Urgência;

b) sejam de iniciativa de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara;

c) sejam colocados em Regime de Urgência Especial;

c) disponham sobre:

1 - concessão de auxílios e subvenções;

2 - convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

3 - alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

4 - concessão de Utilidade Pública a entidades particulares.

§ 3º - Estarão sujeitas, ainda, à discussão única, as seguintes proposições:

a) requerimentos, moções e indicações, sujeitos a debates pelo Plenário, nos termos deste Regimento;

b) pareceres emitidos sobre circulares de Câmaras Municipais e outras entidades;

c) vetos - total ou parcial.

§ 4º - Estarão sujeitos a duas discussões todos os projetos de lei que não estejam relacionados nas letras "a", "b", "c" e "d", do § 2º, deste artigo.

§ 5º - Havendo mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

§ 6º - Os projetos de emenda à Lei Orgânica terão duas discussões, com intervalo mínimo de 10 (dez) dias.

Alínea b do § 2º do art. 231 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 232 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender às determinações sobre o uso da palavra, nos termos deste Regimento.

Art. 233 - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso, nos seguintes casos:

I - para leitura de requerimento de urgência especial;

II - para comunicação importante à Câmara;

III - para recepção de visitantes;

IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V - para atender a pedido de palavra pela ordem, para propor questão de ordem regimental.

Art. 234 - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra, simultaneamente, o Presidente concedê-la-á, obedecendo à seguinte ordem de preferência:

I - ao autor do substitutivo ou do projeto;

II - ao Relator de qualquer comissão;

III - ao autor de emenda ou subemenda;

Parágrafo Único - Cumpre ao Presidente dar a palavra, alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate, quando não prevalecer a ordem determinada neste artigo.

Inciso III do art. 234 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Subseção I Dos Apartes

Art.235 - Aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º - O aparte deve ser expresso em termos corteses e não poderá exceder de 3 (três) minutos.

§ 2º - Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador.

§ 3º - Não é permitido apartear o Presidente, nem o orador que fala pela ordem ou em declaração de voto.

§ 4º - Quando o orador negar o direito de apartear, não lhe será permitido dirigir-se, diretamente, ao Vereador que solicitou o aparte.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 3º do art. 235 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Subseção II Dos Prazos das Discussões

Art. 236 - O Vereador terá os seguintes prazos para discussão:

- I) - vinte minutos com apartes;
 - a) vetos;
 - b) projetos ou substitutivos.
- II) - quinze minutos com apartes:
 - a) pareceres;
 - b) requerimentos, moções e indicações na Ordem do Dia;
 - c) acusação ou defesa no processo de cassação de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

Parágrafo Único - Nos pareceres das Comissões Processantes exarados nos processos de destituição, o Relator e o membro da Mesa denunciados terão o prazo de 20 (vinte) minutos cada um, e, nos processos de cassação de mandato, o denunciado terá o prazo de 1 (uma) hora para defesa.

Subseção III Do Encerramento e da Reabertura da Discussão

Art. 237 - O encerramento da discussão dar-se-á:

- I - por inexistência de solicitação da palavra;
- II - pelo decurso dos prazos regimentais;
- III - a requerimento de qualquer Vereador, mediante deliberação do Plenário.

§ 1º - Só poderá ser requerido o encerramento da discussão, quando, sobre a matéria tenham falado, pelo menos 2 (dois) Vereadores.

§ 2º - Se o requerimento de encerramento de discussão for rejeitado, só poderá ser reformulado depois de terem falado, no mínimo, mais de 3 (três) Vereadores.

Art. 238 - O requerimento de reabertura da discussão somente será admitido se apresentado por 2/3 (dois terços) dos Vereadores.

Seção III Das Votações

Subseção I Disposições Preliminares

Art. 239 - Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta a sua vontade a respeito da rejeição ou aprovação da matéria.

§ 1º - Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§ 2º - A discussão e a votação, pelo Plenário, de matéria constante da Ordem do Dia, só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos Membros da Câmara.

§ 3º - Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, esta será prorrogada, independentemente de requerimento, até que se



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

conclua a votação da matéria, ressalvada a hipótese da falta de número para deliberação, caso em que a sessão será encerrada imediatamente.

§ 4º - Aplica-se, às matérias sujeitas à votação no Expediente, o disposto no presente artigo.

Art. 240 - O Vereador, presente à sessão, não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se quando tiver interesse pessoal na deliberação, sob pena de nulidade da votação, quando seu voto for decisivo.

§ 1º - O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos deste artigo, fará a devida comunicação ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de "quorum".

§ 2º - O impedimento poderá ser argüido por qualquer Vereador, cabendo a decisão ao Presidente.

Art. 241 - Quando a matéria for submetida a 2 (dois) turnos de discussão e votação, se rejeitada no primeiro turno, será arquivada.

Subseção II

Do Encaminhamento da Votação

Art. 242 - A partir do instante em que o Presidente da Câmara declarar a matéria já debatida e com discussão encerrada, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação.

§ 1º - No encaminhamento da votação, será assegurado aos líderes das bancadas falar apenas uma vez, por cinco minutos, para propor ao Plenário a rejeição ou a aprovação da matéria a ser votada, sendo vedados os apartes.

§ 2º - Ainda que tenham sido apresentados substitutivos, emendas e subemendas ao projeto, haverá apenas um encaminhamento de votação que versará sobre todas as peças.

Subseção III

Dos Processos de Votação

Art. 243 - Os processos de votação são:

I - Simbólico;

II - Nominal;

III – Secreto;

IV - Eletrônico ou digital.

§ 1º - No processo simbólico de votação, o Presidente convocará os Vereadores, que estiverem de acordo, a permanecerem sentados e, os que forem contrários, a se levantarem, procedendo, em seguida, a necessária contagem dos votos e à proclamação do resultado.

§ 2º - O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, respondendo os Vereadores no microfone "sim" ou "não", à medida que forem chamados pelo 1º Secretário.

§ 3º - As votações proceder-se-ão preferencialmente de forma eletrônica ou digital, salvo deliberação contrária do Plenário.

§ 4º - As dúvidas quanto ao resultado proclamado só poderão ser alegadas antes de anunciada a discussão de nova matéria, ou, se for o caso, antes de passar à nova fase da Sessão ou de se encerrar a Ordem do Dia.

§ 5º - O processo de votação secreta será utilizado nos seguintes casos:

1 – Revogado.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

2 – Revogado.

3 - concessão de título de cidadania ou qualquer outra honraria ou homenagem;

4 – Revogado.

**Itens 1,2, e 4, do § 5º, do art. 243, revogados pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

Parágrafo 2º, do art. 243, com redação dada pela Resolução 196, de 19/09/2018.

§ 6º - A votação secreta será preferencialmente eletrônica ou digital, salvo deliberação do Plenário, que consistirá na distribuição de cédulas aos Vereadores e no recolhimento dos votos em urna, ou qualquer outro receptáculo que assegure o sigilo da votação, obedecendo ao seguinte procedimento:

**§ 6º, do art. 243, com redação dada pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

I - realização, por ordem do Presidente, da chamada regimental para a verificação da existência do "quorum" de maioria absoluta, necessário ao prosseguimento da sessão;

II - distribuição de cédulas aos Vereadores votantes, feitas em papel digitado, rubricados pelo Presidente, contando a palavra "SIM" e a palavra "NÃO", seguidas de figuras gráficas que possibilitem a marcação da escolha do votante:

a) Revogada.

**Alínea "a", do inciso II, do § 6º, revogada pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

b) no decreto legislativo concessivo de título de cidadão honorário ou qualquer outra homenagem, pelo número, data e ementa do projeto a ser deliberado.

III - apuração, mediante a leitura dos votos pelo Presidente, que determinará a sua contagem;

IV - proclamação do resultado pelo Presidente.

Inciso IV, §§ 3º, 4º e 6º e inciso II do § 6º do art. 243 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Subseção IV Do Adiamento da Votação

Art. 244 - O adiamento da votação de qualquer proposição só pode ser solicitado antes de seu início, mediante requerimento assinado por qualquer vereador e votado pelo Plenário:

§ 1º - O adiamento da votação só poderá ser concedido uma vez e por prazo previamente fixado, não superior a três sessões.

§ 2º - Solicitado, simultaneamente, mais de um adiamento, a adoção de um requerimento prejudicará os demais.

§ 3º - Não admite adiamento de votação proposição em regime de urgência, salvo se requerido por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, ou Líderes que representem este número, por prazo não excedente a uma sessão;

§ 4º - Em segunda discussão, os projetos somente poderão ser adiados mediante requerimento de 1/3 dos vereadores e aprovado pelo Plenário.

Caput e § 4º do art. 244 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Subseção V Da Verificação da Votação

Art. 245 - Se algum vereador tiver dúvida quanto ao resultado da votação, proclamada pelo Presidente, poderá requerer verificação nominal de votação.

§ 1º - O requerimento verbal de verificação nominal será, de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

imediatamente, atendido pelo Presidente desde que seja apresentado no termos do §4º, do artigo 243, combinado com o inciso VIII do artigo 211, ambos deste Regimento.

§ 2º - Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

§ 3º - Ficará prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação, caso, não se encontre presente, no momento em que for chamado, pela primeira vez, o Vereador que a requereu.

§ 4º - Prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação pela ausência de seu autor ou por pedido de retirada, não será admitido a outro vereador reformulá-lo.

§5º No caso de votação secreta, a verificação da votação será somente da contagem das cédulas ou dos votos eletrônicos.

Caput e §§ 1º, 4º e 5º do art. 245 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Subseção VI Da Declaração de Voto

Art. 246 - Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que levaram a manifestar-se contra ou favoravelmente à matéria votada.

Art. 247 - A declaração de voto far-se-á, após concluída a votação da matéria, se aprovado o requerimento verbal pelo Presidente.

§ 1º - Em declaração de voto, cada Vereador dispõe de 3 (três) minutos, sendo vedados apartes.

§ 2º - Quando a declaração do voto estiver formulada por escrito, poderá o Vereador requerer a sua inclusão ou transcrição na Ata da Sessão, em inteiro teor.

Caput e § 1º do art. 247 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

CAPÍTULO III Da Redação Final

Art. 248 - Última fase da votação, será a proposição, se houver substitutivo, emenda ou subemenda aprovados, enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para elaboração da Redação Final.

CAPÍTULO IV Da Sanção

Art. 249 - Aprovado um projeto de lei, na forma regimental e transformado em autógrafo, será ele, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, enviado ao Prefeito, para fins de sanção e promulgação.

§ 1º - Os autógrafos de projetos de lei, antes de serem remetidos ao Prefeito, terão suas cópias arquivadas na Secretaria Administrativa, levando a assinatura dos membros da Mesa.

§ 2º - O membro da Mesa não poderá recusar-se a assinar o autógrafo, sob pena de sujeição a processo de destituição.

§ 3º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento do respectivo autógrafo, sem a sanção do Prefeito, considerar-se-á sancionado o projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Câmara dentro de quarenta e oito horas e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo, em igual prazo.

Caput do art. 249 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CAPÍTULO V **Do Veto**

Art. 250 - Se o Prefeito tiver exercido o direito de veto, parcial ou total, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento do respectivo autógrafo, por julgar o projeto inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, o Presidente da Câmara deverá, dentro de quarenta e oito horas, receber comunicação motivada do aludido ato.

§ 1º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º - Recebido o veto pelo Presidente da Câmara, será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que poderá solicitar audiência de outras Comissões.

§ 3º - As Comissões têm o prazo conjunto e improrrogável de 15 (quinze) dias para manifestarem-se sobre o veto.

§ 4º - Se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a Presidência da Câmara incluirá a proposição na Ordem do Dia da Sessão imediata, independentemente de parecer.

§ 5º - O veto deverá ser apreciado pela Câmara dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento na Secretaria Administrativa.

§ 6º - O Presidente convocará sessões extraordinárias para a discussão do veto, se necessário.

§ 7º - O veto só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação aberta.

§ 8º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 5º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 9º - Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão encaminhadas em 48 (quarenta e oito) horas ao Prefeito que, em igual prazo deverá sancioná-las.

**§ 7º, do art. 250, com redação dada pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

Alínea única - Não o fazendo, caberá ao Presidente da Câmara, também em 48 (quarenta e oito) horas, promulgá-las e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo em igual prazo.

**§ 9º, do art. 250, com redação dada pela Resolução nº 063, de 13/11/92*

**Alínea única acrescentada ao art. 250 pela Resolução nº 063, de 13/11/92.*

§ 10 - O prazo previsto no § 5º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

CAPÍTULO VI **Da Promulgação e da Publicação**

Art. 251 - Os Decretos Legislativos e as Resoluções, desde que aprovados os respectivos projetos, serão promulgados e publicados pelo Presidente da Câmara.

Art. 252 - Serão também promulgadas e publicadas pelo Presidente da Câmara:

I - as leis que tenham sido sancionadas tacitamente;

II - as leis, cujo veto, total ou parcial, tenha sido rejeitado pela Câmara e não promulgadas pelo Prefeito.

Inciso II do art. 252 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 253 - Na promulgação de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos pelo Presidente da Câmara serão utilizadas as seguintes cláusulas promulgatórias:

I - Leis:

a) com sanção tácita:

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Faço saber que a Câmara aprovou e eu, nos termos do art. 47 "caput", da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte lei:

b) cujo veto total foi rejeitado:

Faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do § 6º, do art. 47, da Lei Orgânica do Município, a seguinte lei:

c) Cujo veto parcial foi rejeitado:

Faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do § 6º do art. 47 da Lei Orgânica do Município, os seguintes dispositivos da Lei nº (nº lei anterior) (dia, mês e ano).

II - Decretos Legislativos:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

III - Resoluções:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 254 - Para a promulgação e a publicação de lei com sanção tácita ou por rejeição de veto total, utilizar-se-á a numeração subsequente àquela existente na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - Quando se tratar de veto parcial, a lei terá o mesmo número do texto anterior a que pertence.

Art. 255 - A publicação das Leis, Decretos Legislativos e Resoluções será através da Imprensa Oficial e por afixação, devendo, neste caso, enviar cópia ao Executivo, obedecendo ao disposto na Lei Orgânica e neste Regimento.

Caput do art. 255 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

CAPÍTULO VII

Da Elaboração Legislativa Especial

Seção I

Dos Códigos

Art. 256 - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando a estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover, completamente, a matéria tratada.

Art. 257 - Depois de apresentados os projetos de código, suas cópias serão remetidas à Secretaria Administrativa, onde permanecerão à disposição dos Vereadores, sendo, após, encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

§ 1º - Durante o prazo de 30 (trinta) dias, poderão os Vereadores encaminhar emendas a respeito.

§ 2º - A Comissão terá mais 30 (trinta) dias, para exarar parecer ao projeto e às emendas apresentadas.

§ 3º - Decorrido o prazo, ou antes desse decurso, se a Comissão antecipar o seu parecer, entrará o processo para a pauta da Ordem do Dia.

Art. 258 - Na primeira discussão, o projeto será discutido e votado por capítulo, salvo requerimento de destaque, aprovado pelo Plenário.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 1º - Aprovado em primeiro turno de discussão e votação, com emendas, voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por mais 15 (quinze) dias, para incorporação das emendas ao texto do projeto original.

§ 2º - Encerrado o primeiro turno de discussão e votação, seguir-se-á a tramitação normal dos demais projetos.

Art. 259 - Não se fará a tramitação simultânea de mais de 2 (dois) projetos de Código.

Parágrafo Único - A Mesa só receberá para tramitação, na forma desta seção, matéria que, por sua complexidade ou abrangência, deva ser promulgada como código.

Art. 260 - Não se aplicará o regime deste capítulo aos projetos que cuidem de alterações parciais de códigos.

Seção II

Do Processo Legislativo Orçamentário

Art. 261 - Leis de iniciativa privada do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente orientará a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - orçamento da seguridade social.

§ 4º - O projeto de lei que instituir o Plano Plurianual – PPA, deverá ser encaminhado à apreciação da Câmara até 15 (quinze) de agosto do primeiro ano do mandato do Prefeito eleito e devolvido para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

§ 5º - O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO deverá ser encaminhado à consideração da Câmara até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano e devolvido para sanção do Executivo até o dia 30 (trinta) de junho do mesmo ano.

§ 6º Excepcionalmente, no primeiro ano de mandato do Prefeito, o projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias deverá ser encaminhado à análise da Câmara de Vereadores até 04 (quatro) meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e deverá ser devolvido para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

§ 7º O projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA será encaminhado à consideração da Câmara, até 30 (trinta) de setembro de cada ano e devolvido para sanção do Executivo até o final da Sessão Legislativa.

§ 8º Em virtude de calamidade pública, guerra, força maior, caso



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

fortuito, convulsão social, pandemias ou emergência epidemiológica, assim reconhecidas e decretadas pelo órgão ou setor competente, os projetos de lei de diretrizes orçamentárias e de lei orçamentária anual poderão ser submetidos à apreciação da Câmara até o dia 30 de outubro do ano respectivo e serão devolvidos para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.”

§§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 261 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 262 - Recebidos os projetos, o Presidente da Câmara, após comunicar o fato ao Plenário, remeterá cópia à Secretaria Administrativa, onde permanecerá à disposição dos Vereadores.

§ 1º - Em seguida, os projetos irão à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que receberá as emendas apresentadas pelos Vereadores e pela Comunidade, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - A Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade terá mais 15 (quinze) dias de prazo para emitir pareceres sobre os projetos a que se refere o artigo anterior e a sua decisão sobre as emendas apresentadas.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas se:

I - compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação das despesas, excluídas as que indicam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviços da dívida;
- c) compromissos com convênios.

III - sejam relacionadas com:

- a) correção de erros ou omissões;
- b) os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - As emendas populares aos projetos de lei a que se refere esta seção, atenderão ao disposto neste Regimento.

§ 2º do art. 262 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 263 - A mensagem do Chefe do Executivo enviada à Câmara objetivando propor alterações aos projetos a que se refere o art. 261, somente será recebida, enquanto não iniciada a votação da parte cuja alteração é proposta.

Caput do art. 263 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 264 - Se não houver emendas, o projeto será incluído na Ordem do Dia da primeira sessão, permitida a apresentação de emendas em Plenário.

§ 1º - Se a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade não observar os prazos a ela estipulados, o projeto será incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte, com item único, independentemente de parecer, inclusive o de Relator Especial.

Art. 265 - As sessões nas quais se discutem as leis orçamentárias terão a Ordem do Dia preferencialmente reservada a essas matérias e o Expediente ficará reduzido a 30 (trinta) minutos.

§ 1º - Tanto em primeiro como em segundo turno de discussão e votação, o Presidente da Câmara, de ofício, poderá prorrogar as sessões até o final da discussão e votação da matéria.

§ 2º - A Câmara funcionará, se necessário, em sessões



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

extraordinárias, de modo que a discussão e votação do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual estejam concluídos nos prazos a que se referem este Regimento.

§ 2º do art. 265 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

§ 3º - Se não apreciados pela Câmara nos prazos legais previstos, os projetos de lei a que se refere esta seção, serão automaticamente incluídos na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 4º - Terão preferência na discussão, o Relator da Comissão e os autores das emendas.

§ 5º - No primeiro e segundo turno serão votadas primeiramente as emendas, uma a uma, e depois o projeto.

Art. 266 - A sessão legislativa não será interrompida sem a manifestação sobre os projetos referidos nesta seção, suspendendo-se o recesso até que ocorra a deliberação.

Art. 267 - Aplicam-se aos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, no que não contrariem esta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

TÍTULO VIII

Da Participação Popular

CAPÍTULO I

Da Iniciativa Popular no Processo Legislativo

Art. 268 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de propostas de emendas à Lei Orgânica Municipal ou projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado local, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas em formulário padronizado pela Mesa da Câmara;

III - será lícito a entidade da sociedade civil, regularmente constituída há mais de 1 (um) ano, patrocinar a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular, responsabilizando-se, inclusive, pela coleta das assinaturas;

IV - o projeto será instruído com documento hábil da Justiça Eleitoral, quanto ao contingente de eleitores alistados no Município, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes.

V - o projeto será protocolado na Secretaria Administrativa, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando-se sua numeração geral;

VII - nas comissões ou em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, o primeiro signatário, ou quem tiver indicado quando da apresentação do projeto;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições da técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação corrigir os vícios formais para sua regular tramitação.

Inciso IX do art. 268 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 269 - A participação popular no processo legislativo orçamentário far-se-á:

I - pelo acesso das entidades da sociedade civil à apreciação dos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, no âmbito da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e de Contabilidade, através de realização de audiências públicas.

II - pela apresentação de emendas populares nos projetos referidos no inciso anterior, desde que subscritas por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado, nos termos do art. 262 deste Regimento e atendidas as disposições constitucionais, reguladora do poder de emenda.

CAPÍTULO II Das Audiências Públicas

Art. 270 - Cada Comissão Permanente poderá realizar, isoladamente ou em conjunto, audiências públicas com entidades da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro, ou a pedido da entidade interessada.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes poderão convocar uma só audiência englobando dois ou mais projetos de lei relativos à mesma matéria.

Art. 271 - Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades cuja atividade seja afeta ao tema, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

§ 1º - Na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, à Comissão procederá de forma a possibilitar a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º - O autor do projeto ou o convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis à juízo da Comissão, não podendo ser apartado.

§ 3º - Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§ 4º - A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º - Os Vereadores, para interpelar o expositor, poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

§ 6º - É vedado, à parte convidada, interpelar qualquer dos presentes.

Art. 272 - O Presidente da Câmara, tão logo receba comunicação de realização de audiência pública, por parte de qualquer das Comissões, divulgará sua realização.

Caput do art. 272 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 273 - A realização de audiências públicas, solicitadas pela sociedade civil dependerão de:

I - requerimento subscrito por 0,1% (um décimo por cento) de eleitores do Município;

II - requerimento de entidades legalmente constituídas e em funcionamento há mais de um ano, sobre assunto de interesse público.

§ 1º - O requerimento de eleitores deverá conter o nome legível, o número do título, zona e seção eleitoral e a assinatura ou impressão digital, se analfabeto.

§ 2º - As entidades legalmente constituídas deverão instruir o requerimento com a cópia autenticada de seus estatutos sociais, registrado em cartório, ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), bem como cópia da Ata da reunião ou assembléia que decidiu solicitar a audiência.

§ 2º do art. 273 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 274 - Da reunião de audiência pública, arquivar-se-ão, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimentos de cópias aos interessados, mediante requerimento ao Presidente da Câmara.

Parágrafo Único do art. 274 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

CAPÍTULO III

Das Petições, Reclamações e Representações

Art. 275 - As petições, reclamações e representações de qualquer munícipe ou de entidade local, regularmente constituída há mais de 1 (um) ano, contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas, ou imputadas a membros da Câmara, serão recebidas e examinadas pelas Comissões ou pela Mesa, respectivamente, desde que:

I - encaminhadas por escrito, vedado a anonimato do autor ou autores;

II - o assunto envolva matéria de competência da Câmara.

Parágrafo Único - O membro da Comissão a que for distribuído o processo, exaurida a fase de instrução, apresentará relatório circunstanciado na conformidade do Art. 125 deste Regimento, no que couber, do qual se dará ciência aos interessados.

Art. 276 - A participação popular poderá, ainda, ser exercida através do oferecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas ou culturais, de associações ou sindicatos e demais instituições representativas locais.

Parágrafo Único - A contribuição da sociedade civil será examinada por Comissão cuja área de atuação tenha pertinência com a matéria contida no documento recebido.

CAPÍTULO IV

Da Tribuna Livre

Art. 277 - A Tribuna da Câmara poderá ser utilizada por pessoas estranhas à Câmara, observados os requisitos e condições estabelecidos nas seguintes disposições:

I - o uso da Tribuna, por pessoas não integrantes da Câmara, somente será facultado após o término da sessão ordinária, mediante inscrição prévia, nos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

termos deste Regimento, ressalvadas as hipóteses previstas nos Capítulos I e II deste título.

II - para fazer uso da Tribuna é necessário proceder à inscrição em livro próprio, na Secretaria da Câmara, até as 17 (dezesete) horas do dia antecedente à realização da sessão ordinária, apresentando neste ato:

***Inciso II com nova redação, dada pela Resolução nº 132, de 18/05/07.**

a) comprovante de documento de identidade, fazendo constar o interessado a indicação expressa de seu endereço;

***Alínea "a", do inciso II, do art. 277, com redação dada pela Resolução nº 083, de 07/03/97.**

b) indicação, expressa, da matéria a ser exposta.

III - o Presidente da Câmara poderá indeferir o uso da Tribuna, quando:

a) a matéria não disser respeito, direta ou indiretamente, ao Município;

b) a matéria versar sobre questões exclusivamente pessoais;

IV - da decisão do Presidente caberá recurso ao Plenário;

V - terminada a sessão ordinária e observada a inscrição para uso da palavra em Tribuna Livre, o 1º Secretário procederá a chamada das pessoas inscritas para falar naquela data, de acordo com a ordem de inscrição;

VI - ficará sem efeito a inscrição, no caso de ausente, a pessoa chamada, a qual só poderá ocupar a Tribuna, mediante nova inscrição;

VII - a pessoa que ocupar a Tribuna poderá usar da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos;

VIII - o orador responderá pelos conceitos que emitir, mas deverá usar a palavra em termos compatíveis com a dignidade da Câmara, obedecendo às restrições impostas pelo Presidente;

IX - o Presidente poderá cassar imediatamente a palavra do orador que se expressar com linguagem imprópria, cometendo abuso ou desrespeito à Câmara ou às autoridades constituídas ou se desviar do tema indicado, quando de sua inscrição;

X - a exposição do orador poderá ser entregue à Mesa, por escrito, para efeito de encaminhamento a quem de direito, a critério do Presidente;

XI - qualquer Vereador poderá fazer uso da palavra, após a exposição do orador inscrito, pelo prazo de 5 (cinco) minutos;

XII - o orador que fizer uso da Tribuna Livre só poderá fazê-lo novamente após decorridas 2 (duas) sessões ordinárias;

XIII - fica vedado ao orador emitir opiniões e pareceres a respeito do comportamento e atitude de quaisquer vereadores e sobre o funcionamento da Câmara;

XIV - durante a Tribuna livre não será permitido ao orador discorrer sobre assunto já tratado por ele anteriormente e que façam parte integrante de proposições da sessão em que se der o uso da Tribuna Livre;

XV - será deferida por sessão ordinária o máximo de 5 (cinco) inscrições para uso da palavra em Tribuna Livre.

***Incisos II, VII e XI, do art. 277, com redação dada pela Resolução nº 102, de 25/11/99.**

***Incisos XII a XV, do art. 277, acrescentados pela Resolução nº 102, de 25/11/99.**

CAPÍTULO V

Do Plebiscito e do Referendo

Art. 278 - As questões de relevante interesse do Município ou de Distrito serão submetidas a plebiscito, mediante proposta fundamentada de iniciativa da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

maioria dos membros da Câmara Municipal ou de 5% (cinco por cento), no mínimo, dos eleitores inscritos no Município.

Parágrafo Único - A aprovação da proposta a que se refere este artigo depende do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 279 - Aprovada a proposta, caberá ao Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, à realização do plebiscito, nos termos da lei municipal que o instruir.

§ 1º - Só poderá ser realizado um plebiscito em cada sessão legislativa.

§ 2º - A proposta que já tenha sido objeto de plebiscito somente poderá ser reapresentada depois de 5 (cinco) anos de carência.

§ 2º do art. 279 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 280 - A efetiva vigência dos projetos de lei que tratem de interesses ressaltados do Município ou do Distrito dependerão de referendo popular, quando proposto pela maioria dos membros da Câmara Municipal, ou por 5% (cinco por cento), no mínimo, dos eleitores inscritos no Município.

§ 1º - A aprovação da proposta a que se refere este artigo depende do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

TÍTULO IX

Do Julgamento das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara

CAPÍTULO ÚNICO

Do Procedimento do Julgamento

Art. 281 - Recebidos os processos do Tribunal de Contas do Estado, com os respectivos pareceres prévios a respeito da aprovação ou rejeição das contas do Prefeito e da Mesa, o Presidente, independentemente de sua leitura em Plenário, remeterá cópia à Secretaria Administrativa, onde permanecerá à disposição dos Vereadores.

§ 1º - Após, os processos serão enviados à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade que terá o prazo de 30 (trinta) dias para emitir parecer, opinando sobre a aprovação ou rejeição dos pareceres do Tribunal de Contas.

§ 2º - Se a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, não observar o prazo fixado, o Presidente designará um Relator Especial, que terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, para emitir pareceres.

§ 3º - Exarados os pareceres pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, ou pelo Relator Especial, nos prazos estabelecidos, ou mesmo sem eles, o Presidente incluirá os pareceres do Tribunal de Contas na Ordem do Dia da sessão imediata, para discussão e votação únicas.

§ 4º - As sessões, em que discutirem as contas, terão o expediente reduzido a 30 (trinta) minutos, contados do final da leitura da ata, ficando a Ordem do Dia, preferencialmente, reservada a essa finalidade.

Art. 282 - A Câmara tem o prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento dos pareceres prévios do Tribunal de Contas, para julgar as contas do Prefeito, observados os seguintes preceitos:

I - as contas do Município deverão ficar, anualmente, durante 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer contribuinte, em local de fácil acesso, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei (Art. 31, § 3º CF);

II - no período previsto no inciso anterior, a Câmara Municipal manterá servidores aptos a esclarecer os contribuintes;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

III - o parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara (Art. 31, § 2º CF);

IV - rejeitadas, as contas serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins;

V - aprovadas ou rejeitadas as contas do Prefeito serão publicados os extratos dos pareceres do Tribunal de Contas, com as respectivas decisões da Câmara Municipal e remetidos ao Tribunal de Contas do Estado de São para conhecimento.

Caput e Inciso V do art. 282 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

TÍTULO X

Da Secretaria Administrativa

CAPÍTULO I

Dos Serviços Administrativos

Art. 283 - Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de seus Departamentos competentes, regulamenta-se através de Resolução e atos da Mesa.

Parágrafo único. Todos os serviços administrativos da Câmara serão dirigidos e disciplinados pela Presidência da Câmara, que contará com o auxílio dos Diretores.

Caput e parágrafo único do art. 283 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 284 - Todos os serviços administrativos da Câmara serão criados, modificados ou extintos através de Resolução.

§ 1º - A disposição sobre a organização e funcionamento da Câmara, a criação, transformação ou extinção dos seus cargos, empregos e funções de seus serviços serão feitos através de Resolução.

§ 2º - Cabe à Câmara a iniciativa de lei para fixação da remuneração dos cargos, empregos e funções da Câmara Municipal, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - A nomeação, exoneração, promoção, comissionamento, licenças, colocação em disponibilidade, demissão e aposentadoria e aplicação de penalidades aos servidores da Câmara, serão editados através de Ato da Mesa Diretora, em conformidade com a legislação vigente.

Caput e §§ 1º, 2º e 3º do art. 284 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 285 - A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

Art. 286 - Os processos serão organizados pela Secretaria Administrativa, conforme o disposto em ato da Mesa.

Art. 287 - Quando, por extravio, dano ou retenção indevida, torna-se impossível o andamento de qualquer proposição, a Secretaria Administrativa providenciará a reconstituição do processo respectivo, por determinação do Presidente, que deliberará de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 288 - As dependências da Secretaria Administrativa, bem como seus serviços, equipamentos e materiais, serão de livre utilização pelos Vereadores, desde que observada a regulamentação constante do ato do Presidente.

Art. 289 - A Secretaria Administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer pessoa, para defesa de direitos ou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

esclarecimento de situações, no prazo de 20 (vinte) dias, certidão de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo Único - Se outro prazo não for marcado pelo juiz, as requisições judiciais serão atendidas no prazo de 15 (quinze) dias.

Caput do art. 289 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 290 - Os Vereadores poderão interpelar a Presidência, mediante requerimento, sobre os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, bem como, apresentar sugestões para melhor andamento dos serviços, através de indicação fundamentada.

CAPÍTULO II

Dos Livros Destinados aos Serviços

Art. 291 - Os Departamentos Competentes da Câmara terão os livros e fichas necessários aos seus serviços e, em especial, os de:

I - termos de compromisso e posse de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

II - termos de posse da Mesa;

III - declaração de bens dos agentes políticos;

IV - Atas das Sessões da Câmara;

V - registro de leis, decretos legislativos, resoluções, atos da Mesa, da Presidência e portarias;

VI - cópias de correspondências;

VII - protocolo, registro e índice de papéis, livros e processos arquivados;

VIII - protocolo, registro e índice de proposições em andamento e arquivados;

IX - licitações e contratos para obras, serviços e fornecimento de materiais;

X - termo de compromisso e posse de funcionários;

XI - contratos em geral;

XII - contabilidade e finanças;

XIII - cadastramento dos bens móveis;

XIV - protocolo de cada Comissão Permanente;

XV - presença dos membros de cada Comissão Permanente;

XVI - inscrição de oradores para uso da Tribuna Livre;

XVII - registro de precedentes regimentais;

XVIII - livro de registro de presença dos cidadãos às sessões.

*** Inciso XVIII, do art. 291, incluído pela Resolução nº 130, de 04/04/07.**

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º - Os livros pertencentes às Comissões Permanentes serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente respectivo.

§ 3º - Quando as reuniões de Comissões forem realizadas de forma conjunta, os livros deverão ser abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

§4º Os livros adotados pelos Departamentos Competentes da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Câmara poderão ser substituídos por fichas, em sistema mecânico, magnético ou de informação, desde que convenientemente autenticados.

Caput e §§ 3º e 4º do art. 291 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

TÍTULO XI Dos Vereadores

CAPÍTULO I Da Posse

Art. 292 - Os Vereadores são agentes políticos investidos no mandato legislativo municipal, para uma legislatura pelo sistema partidário de representação proporcional, por voto direto e secreto (Art. 29, I, CF).

Art. 293 - Os Vereadores, qualquer que seja seu número, tomarão posse no 1º (primeiro) de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, em sessão solene presidida pelo Vereador mais votado entre os presentes e prestarão o compromisso de bem cumprir o mandato e de respeitar a Constituição e a legislação vigentes, nos termos do capítulo II deste Regimento.

§ 1º - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se e, na mesma ocasião, bem como ao término do mandato, deverão fazer declaração pública de seus bens, a ser transcrita em livro próprio, constando da Ata o seu resumo.

§ 2º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda de mandato, ressalvados os casos de motivo justo e aceito pela maioria absoluta dos membros da edilidade.

§ 3º - O Vereador, no caso do parágrafo anterior, bem como os suplentes posteriormente convocados, serão empossados perante o presidente, apresentando o respectivo diploma, a declaração de bens e prestando o compromisso regimental no decorrer da sessão ordinária ou extraordinária.

§ 4º - Os Suplentes, quando convocados, deverão tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias da data do recebimento da convocação, observado o previsto no inciso IV, do art. 7º, deste Regimento.

§ 5º - Tendo prestado compromisso uma vez, fica o Suplente de Vereador dispensado de novo compromisso em convocações subseqüentes, procedendo-se da mesma forma com relação à declaração pública de bens, sendo, contudo, sempre exigida a comprovação de desincompatibilização.

§ 6º - Verificada a existência de vaga ou licença de Vereador, o Presidente não poderá negar posse ao Suplente que cumprir as exigências do art. 3º, deste Regimento, apresentar o diploma e comprovar sua identidade, sob nenhuma alegação, salvo a existência de fato comprovado de extinção de mandato.

CAPÍTULO II Das Atribuições do Vereador

Art. 294 - Compete ao Vereador, entre outras atribuições:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II - votar na eleição e destituição da Mesa e das Comissões

Permanentes;

III - apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;

IV - concorrer aos cargos da Mesa da Câmara e das Comissões



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Permanentes;

V - participar das Comissões Temporárias;

VI - usar da palavra nos casos previstos neste Regimento;

VII - prestar atendimento ao público na Câmara dentro do horário de seu funcionamento.

Incisos VII do art. 294 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Seção I Do Uso da Palavra

Art. 295 - Durante as sessões, o Vereador somente poderá usar a palavra para:

Expediente;

I - versar assuntos de sua livre escolha no período destinado ao

II - na fase destinada à Explicação Pessoal;

III - discutir matéria em debate;

IV - apartear;

V - declarar voto;

VI - apresentar ou reiterar requerimento;

VII - levantar questão de ordem.

Art. 296 - O uso da palavra, solicitado "pela ordem", será regulado pelas seguintes normas:

I – O Vereador, no exercício da Presidência ou não, falará sentado, exceto nos casos em que o Presidente exija o contrário;

II - o orador deverá falar da Tribuna, exceto nos casos em que o Presidente permita o contrário;

III - a nenhum Vereador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda;

IV - com exceção do aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna, assim considerado orador o Vereador ao qual o Presidente já tenha concedido a palavra;

V - o Vereador que pretender falar sem que lhe tenha sido concedida a palavra, ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe tenha sido concedido, será advertido pelo Presidente, que o convidará a encerrar a sua fala.

VI - se, apesar da advertência e do convite, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;

VII - persistindo a insistência do Vereador em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da sessão, o Presidente convidá-lo-á a retirar-se do recinto;

VIII - qualquer Vereador, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou aos demais Vereadores e só poderá falar voltado à Mesa, salvo quando responder ao aparte;

IX - referindo-se, em discurso, a outro Vereador, o orador deverá preceder seu nome do tratamento "Senhor" ou "Vereador";

X - dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á o tratamento "Excelência", "Nobre Colega", "Senhor Vereador", "Nobre Vereador";

IX - nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e, de modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa.

Inciso I, do artigo 296, com nova redação dada pela Resolução n.º 196, de 19/09/2018.

Inciso V do art. 296 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/2020.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção II **Do Tempo do Uso da Palavra**

Art. 297 - O tempo de que dispõe o Vereador para uso da palavra é assim fixado:

- I - vinte minutos, com aparte:
 - a) discussão de vetos;
 - b) discussão de projetos;
 - c) discussão de parecer da Comissão Processante no processo de destituição de membro da Mesa, pelo Relator e pelo denunciado;
- II - quinze minutos, com aparte:
 - a) discussão de requerimento;
 - b) discussão de indicações, quando sujeitas à deliberação;
 - c) discussão de moções;
 - d) discussão de pareceres, ressalvado o prazo assegurado ao denunciado e ao Relator no processo de destituição do membro da Mesa;
 - e) acusações ou defesa no processo de cassação do Prefeito e Vereadores, ressalvado o prazo assegurado ao denunciado;
- III - dez minutos:
 - a) exposição de assuntos relevantes pelos líderes de bancadas, nos termos do art. 54, III, deste Regimento.
- IV - cinco minutos:
 - a) apresentação de requerimento de retificação da Ata;
 - b) apresentação de requerimento de invalidação da Ata, quando da sua impugnação;
 - c) encaminhamento de votações;
 - d) questões de ordem;
 - e) explicação pessoal.
- V - três minutos para apartear.

Parágrafo Único - O tempo de que dispõe o Vereador será controlado por um dos Secretários, para conhecimento do Presidente e, se houver interrupção de seu discurso, exceto por aparte concedido, o prazo respectivo não será computado no tempo que lhe cabe.

Inciso I, alínea a do Inciso III e alínea e do inciso IV do art. 297 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Seção III **Da Questão de Ordem**

Art. 298 - Questão de ordem é toda manifestação do Vereador em Plenário, feita em qualquer fase da sessão, para reclamar contra o não cumprimento de formalidade regimental ou para suscitar dúvidas quanto à interpretação do Regimento.

§ 1º - O Vereador deverá pedir a palavra "pela ordem" e formular a questão com clareza, indicando as disposições regimentais que pretende sejam elucidadas ou aplicadas.

§ 2º - Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, a questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando omissa o Regimento.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CAPÍTULO III Dos Deveres do Vereador

Art. 299 - São deveres do Vereador, além de outros previstos na legislação vigente:

I - respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal e demais leis;

II - agir com respeito ao Executivo e ao Legislativo, colaborando para o bom desempenho de cada um desses Poderes;

III - usar de sua prerrogativa exclusivamente para atender ao interesse público;

IV - obedecer às normas regimentais;

V - residir no Município, salvo quando o Distrito em que resida for emancipado durante o exercício do mandato;

VI - representar a comunidade, comparecendo convenientemente trajado, à hora regimental, nos dias designados, para a abertura das sessões, nelas permanecendo até seu término;

VII - participar dos trabalhos do Plenário e comparecer às reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias das quais seja integrante, prestando informações, emitindo pareceres nos processos que lhe forem distribuídos, sempre com observância dos prazos regimentais;

VIII - votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quanto tiver, ele próprio, ou parente afim, ou consanguíneo até terceiro grau, interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo;

IX - desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos, salvo motivo justo alegado perante a Presidência ou à Mesa, conforme o caso;

X - propor à Câmara todas as medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e à segurança e bem estar da comunidade, bem como impugnar as que lhe pareçam contrárias ao interesse público;

XI - comunicar suas faltas ou ausências, quando tiver motivo justo para deixar de comparecer às sessões plenárias ou às reuniões das Comissões;

XII - observar o disposto no artigo 302 deste Regimento (art. 29, VII c.c. Art. 54 da C.F.).

XIII - desincompatibilizar-se e fazer declaração pública de bens, no ato da posse e ao término do mandato.

Art. 300 - À Presidência da Câmara compete zelar pelo cumprimento dos deveres, bem como tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores, quando no exercício do mandato.

*** Artigo 300 com redação dada pela Resolução nº 084, de 13/03/97.**

Art. 301 - Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme sua gravidade:

I - advertência pessoal;

II - advertência em Plenário;

III - cassação da palavra;

IV - determinação para retirar-se do Plenário;

V - proposta de sessão, para que a Câmara discuta a respeito, que deverá ser aprovada por 2/3 (dois terços) dos seus membros;

VI - denúncia para cassação do mandato, por falta de decore parlamentar;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

**Inciso V, do art. 301, com redação dada pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

Parágrafo único - Para manter a ordem no recinto, o Presidente poderá solicitar a força policial necessária.

CAPÍTULO IV

Das Proibições e Incompatibilidades

Art. 302 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, empresa concessionária ou permissionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargos, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum" nas entidades referidas no inciso I, "a";

b) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que refere o inciso I, "a";

c) ser titular de mais de um cargo ou mandato público, eletivo (art. 29, VII, c.c. art. 54 CF).

§ 1º - Ao Vereador que, na data da posse, seja servidor público federal, estadual ou municipal, aplicam-se as seguintes normas:

1- havendo compatibilidade de horários:

a) exercerá o cargo, emprego ou função juntamente com o mandato;

b) perceberá, cumulativamente, os vencimentos do cargo, emprego ou função, com a remuneração do mandato;

2- não havendo compatibilidade de horários:

a) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

b) seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto a promoção por merecimento;

c) para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse (art. 38, III a V da CF).

§ 2º - Haverá incompatibilidade de horários no período que coincidir o horário normal e regular de trabalho como a Vereança nos dias de sessão da Câmara Municipal.

Alínea b do inciso I e alínea a do inciso II do art. 302 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

CAPÍTULO V

Dos Direitos do Vereador

Art. 303 - São direitos do Vereador, além de outros previstos na legislação vigente:

I - inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município (art. 29 VIII, CF).

II - remuneração mensal condigna;

III - licenças, nos termos do que dispõe o art. 24 da Lei Orgânica Municipal;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Seção I

Da Remuneração e da Verba de Representação

Subseção I

Da Remuneração dos Vereadores

Art. 304 - Os Vereadores farão jus a uma remuneração mensal condigna, fixada pela Câmara Municipal, no final da legislatura, para vigorar na que lhe é subsequente, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal (art. 29, V; 37, XI, 150, II; 153, III e 153, § 2º, I da CF).

Art. 305 - Caberá à Mesa propor projeto de Resolução, dispondo sobre a remuneração dos Vereadores para a legislatura seguinte, até 90 (noventa) dias antes das eleições municipais, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador na matéria.

§ 1º - Caso não haja aprovação do ato fixador da remuneração dos Vereadores, até 15 (quinze) dias antes das eleições, a matéria será incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos até que se conclua a votação.

§ 2º - A ausência de fixação da remuneração dos Vereadores, nos termos do parágrafo anterior, implica prorrogação automática da Resolução fixadora da remuneração para a legislatura anterior.

§ 3º A remuneração dos Vereadores será atualizada por lei, no curso da legislatura.

§ 4º - Durante a legislatura, o critério da remuneração não poderá ser alterado, a qualquer título.

§§ 2º e 3º do art. 305 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 306 - A remuneração dos Vereadores não poderá ser superior aos valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito (art. 37, XI CF).

Art. 307 - A remuneração dos Vereadores sofrerá desconto proporcional ao número de Sessões realizadas no respectivo mês, quando houver falta injustificada, na forma do artigo 309 deste Regimento, na base de 70% (setenta por cento) do subsídio mensal.

Parágrafo único. O vereador que deixar de comparecer à reunião ordinária de Comissão ou Comissões Permanentes das quais for membro será descontado proporcionalmente ao número de reuniões havidas no mês, na base de 30% (trinta por cento) do subsídio mensal.

Caput e parágrafo único do art. 307 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 308 - O Vereador que, até 15 (quinze) dias antes do término de seu mandato, não apresentar ao Presidente da Câmara, declaração de bens atualizada, não perceberá a correspondente remuneração do mês.

Seção II

Das Faltas e Licenças

Art. 309 - Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões plenárias, salvo motivo justo aceito pelo Presidente.

§ 1º - Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

- I - doença;
- II - nojo e gala;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

III - representando a Câmara.

§ 2º - A justificação das faltas far-se-á por requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara que a julgará, nos termos do artigo 23, II deste Regimento.

Art. 310 - O Vereador poderá licenciar-se somente:

I - por moléstia, devidamente comprovada por atestado médico;

II - para desempenhar missões temporárias de interesse do Município;

III - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias nem superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença;

IV - em razão de adoção, maternidade ou paternidade, conforme dispuser a lei;

V - em virtude de investidura na função de Secretário Municipal;

§ 1º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I, II, IV, deste artigo.

§ 2º - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, considerar-se-á automaticamente licenciado, podendo optar pela sua remuneração.

§ 3º - O Suplente de Vereador, para licenciar-se, deve ter assumido e estar no exercício do mandato, cessando a licença com retorno do titular.

§ 4º - No caso do inciso I, a licença será por prazo determinado, prescrito por médico.

Inciso II do art. 311(agora 310) com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 311 - Os requerimentos de licença deverão ser apresentados, discutidos e votados no Expediente da sessão de sua apresentação, tendo preferência regimental sobre qualquer outra matéria.

§ 1º - Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever requerimento de licença para tratamento de saúde, a iniciativa caberá a qualquer Vereador, dando-se preferência ao Líder da Bancada.

§ 2º - É facultado ao Vereador prorrogar o seu período de licença, através de novo requerimento, atendidas as disposições desta seção.

Art. 312 - Em caso de incapacidade civil absoluta, julgada por sentença de interdição, será o Vereador suspenso do exercício do mandato, sem perda da remuneração, enquanto durarem os seus efeitos.

CAPÍTULO VI

Da Substituição

Art. 313 - A substituição de Vereador dar-se-á no caso de vaga, em razão de morte ou renúncia, de suspensão do mandato, de investidura e, função prevista no art. 310, V deste Regimento e em caso de licença igual ou superior à 15 (quinze) dias.

§ 1º - Efetivada a licença e nos casos previstos neste artigo, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente que deverá tomar posse dentro de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º - A substituição do titular suspenso do exercício do mandato pelo respectivo Suplente, dar-se-á até o final da suspensão.

§ 3º - Na falta de Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Juiz Eleitoral.

§ 4º - O Suplente que assumir a vaga de Vereador que tenha cargo na Mesa Diretora não assumirá esta posição.

Caput e § 4º do art. 314(agora 313) com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CAPÍTULO VII **Da Extinção do Mandato**

Art. 314 - Extingue-se o mandato de Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara Municipal, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, condenação por crime funcional ou eleitoral, perda ou suspensão dos direitos públicos;

II - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento de notificação para isso promovida pelo Presidente da Câmara Municipal;

III - deixar de comparecer, sem que esteja licenciado ou autorizado pela Câmara, em missão fora do Município, ou ainda, por motivo de doença comprovada, a 1/5 (um quinto) ou mais das sessões da Câmara, exceto as solenes, realizadas dentro do ano legislativo;

IV - deixar de tomar posse, sem motivo justo, aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido.

Art. 315 - Ao Presidente da Câmara compete declarar a extinção do mandato.

§ 1º - A extinção do mandato torna-se efetiva através de declaração, pela Presidência, do ato ou fato que a ensejou, devendo ser comunicada ao Plenário e inserida na Ata, na primeira sessão após sua ocorrência e comprovação.

§ 2º - Efetivada a extinção, o Presidente convocará, imediatamente, o respectivo Suplente.

§ 3º - O Presidente que deixar de declarar a extinção ficará sujeito às sanções de perda do cargo e proibição de nova eleição para cargo da Mesa durante a legislatura.

§ 4º - Se o Presidente omitir-se nas providências consignadas no § 1º, o Suplente de Vereador interessado poderá requerer a declaração da extinção do mandato.

Art. 316 - Considera-se formalizada a renúncia e, por conseguinte, como tendo produzido todos os seus efeitos para fins de extinção do mandato, quando protocolada na Secretaria Administrativa da Câmara.

Parágrafo Único - A renúncia se torna irrevogável após sua comunicação ao Plenário.

Art. 317 - A extinção do mandato, em virtude de faltas às sessões, obedecerá ao seguinte procedimento:

I - constatado que o Vereador incidiu no número de faltas previsto no inciso III do art. 314, o Presidente comunicará-lhe este fato por escrito e, sempre que possível, pessoalmente, a fim de que apresente a defesa que tiver, no prazo de quinze dias;

II - findo esse prazo e apresentada a defesa, ao Presidente compete deliberar a respeito;

III - não apresentada a defesa no prazo previsto, ou julgada improcedente, o Presidente declarará extinto o mandato, na primeira sessão subsequente.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, computa-se a ausência dos Vereadores, mesmo que a sessão não se realize por falta de "quorum", excetuados somente aqueles que compareceram e assinaram o respectivo livro de presença.

§ 2º - O vereador que chegar atrasado e não responder à chamada nominal, perderá o direito de falar no Expediente.

Inciso I e § 2º do art. 318 (agora 317) com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 318 - Para os casos de impedimentos supervenientes à posse observar-se-á o seguinte procedimento:

I - O Presidente da Câmara notificará, por escrito, o Vereador impedido, a fim de que comprove a sua desincompatibilização no prazo de 15 (quinze) dias;

II - findo esse prazo, sem estar comprovada a desincompatibilização, o Presidente declarará a extinção do mandato;

III - O extrato da Ata da Sessão, em que for declarada a extinção do mandato, será publicado na imprensa oficial ou eletronicamente.

Inciso III do art. 319(agora 318) com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

CAPÍTULO VIII

Da Cassação do Mandato

Art. 319 - A Câmara Municipal cassará o mandato de Vereador quando, em processo regular em que se concederá ao acusado amplo direito de defesa, concluir pela prática de infração político-administrativa.

Art. 320 - São infrações político-administrativas do Vereador, nos termos da lei:

I - Deixar de prestar contas ou tê-las rejeitado, na hipótese de adiantamento de importância recebida;

II - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

III - fixar residência fora do Município, salvo quando o Distrito em que resida for emancipado durante o exercício do mandato;

IV - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com decoro na sua conduta pública;

Inciso I do art. 321(agora 320) com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

Art. 321 – O processo de cassação do mandato de Vereador, obedecerá o disposto na Resolução específica.

Parágrafo Único - O arquivamento do processo de cassação, por falta de conclusão no prazo previsto neste artigo, não impede nova denúncia sobre os mesmos fatos, nem a apuração de contravenções ou crimes comuns.

**** Art. 322(agora 321), “caput”, com redação dada pela Resolução nº 198, de 27/03/2018.***

Art. 322 – Só será afastado Vereador denunciado, após parecer da Comissão de Ética, por 2/3 do Plenário.

**** Art. 323 (agora 322), “caput”, com redação dada pela Resolução nº 198, de 27/03/2018.***

Art. 323 - Considerar-se-á cassado o mandato do Vereador quando, pelo voto, no mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, for declarado incurso em qualquer das infrações específicas na denúncia.

Parágrafo Único - Todas as votações relativas ao processo de cassação serão abertas, devendo os resultados serem proclamados imediatamente pelo Presidente da Câmara, e, obrigatoriamente, consignados em Ata.

****Parágrafo único, do art. 324 (agora 323), com redação dada pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.***

Art. 324 - Cassado o mandato do Vereador, a Mesa expedirá a respectiva Resolução, que será publicada na imprensa oficial.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, ao Presidente compete convocar, imediatamente, o respectivo Suplente.

Caput art. 325(agora 324) com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CAPÍTULO IX Do Suplente de Vereador

Art. 325 - O Suplente de Vereador sucederá ao titular no caso de vaga e o substituirá nos casos de impedimento.

Art. 326 - O Suplente de Vereador, quando no exercício do mandato, tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e obrigações do Vereador e como tal deve ser considerado.

Art. 327 - Quando convocado, o Suplente deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, quando o prazo poderá ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único - Enquanto não ocorrer posse do Suplente, o "quorum" será calculado em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO X Do Decoro Parlamentar

Art. 328 - O Vereador que descumprir os deveres de seu mandato ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar que poderá definir outras infrações e penalidades, além das seguintes:

I - censura;

II - perda temporária do exercício do mandato, não excedente a 30 (trinta) dias;

III - perda definitiva do mandato.

§ 1º - Considera-se atentatório ao decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 2º - É compatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas inerentes ao mandato;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 329 - A censura poderá ser verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada em sessão, pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, ao Vereador que:

I - inobservar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos deste Regimento;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara;

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões de Comissão.

§ 2º - A censura escrita será imposta pela Mesa, ao Vereador que:

I - usar, em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais, na sede da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão ou os respectivos Presidentes.

Art. 330 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

I - reincidir nas hipóteses previstas no artigo anterior;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

regimentais;

III – Revogado.

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental.

**Inciso III, do art. 331 (agora 330), revogado pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

Parágrafo único - A penalidade prevista neste artigo será aplicada pelo Plenário, por maioria absoluta, em votação aberta, assegurado ao infrator o direito de ampla defesa.

**Parágrafo único, do art. 331 (agora 330), com redação dada pela Resolução n.º 123, de 05/11/04.*

Art. 331 - Quando, no curso de uma discussão, um Vereador for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade, poderá solicitar ao Presidente da Câmara ou de Comissão, que mande apurar a veracidade de arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 332 - A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e na forma previstos no Capítulo VIII do Título XI, deste Regimento.

TÍTULO XII

Do Prefeito e Vice-Prefeito

CAPÍTULO I

Da Posse

Art. 333 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na sessão solene de instalação da legislatura, logo após a dos Vereadores prestando, a seguir, o compromisso de manter e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica do Município e demais leis e administrar o Município visando ao bem geral de sua população (art. 29, III CF).

§ 1º - Antes da Posse, o Prefeito se desincompatibilizará de qualquer atividade que, de fato ou direito, seja inconciliável com o exercício de mandato.

§ 2º - O Vice-Prefeito deverá desincompatibilizar-se quando vier a assumir a Chefia do Executivo, substituindo ou sucedendo ao Prefeito.

§ 3º - Se o Prefeito não tomar posse nos 10 (dez) dias subseqüentes fixados para tal, salvo motivo relevante aceito pela Câmara, seu cargo será declarado vago, por ato do Presidente da Câmara Municipal.

§ 4º - No ato da posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito apresentarão declarações públicas de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio, bem como diploma fornecido pela Justiça Eleitoral.

§ 5º - A transmissão do cargo, quando houver, dar-se-á no Gabinete do Prefeito ou outro local previamente indicado, após a posse.

CAPÍTULO II

Da Remuneração

Art. 334 - O Prefeito e o Vice-Prefeito farão jus a remuneração mensal condigna, fixada pela Câmara Municipal no final da legislatura, para vigorar na que lhe é subseqüente, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal

Parágrafo Único - Não farão jus a essa remuneração, do último mês, o Prefeito e o Vice-Prefeito que até 15 dias antes do término do mandato não apresentarem à Câmara a competente declaração de bens atualizada.

Art. 335 - Caberá à Mesa propor Projeto de Decreto Legislativo dispondo sobre a remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito para a legislatura seguinte, até



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

90 (noventa) dias antes das eleições municipais, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador na matéria.

§ 1º - Caso não haja aprovação do Decreto Legislativo a que se refere este artigo, até 15 (quinze) dias antes das eleições, a matéria será incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos, até que se conclua a votação.

Art. 336 - A ausência de fixação de remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito, nos termos do artigo anterior implica na prorrogação automática do Decreto Legislativo fixador da remuneração para a legislatura anterior.

Art. 337 - Durante a legislatura, o critério de fixação da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito, não poderá ser alterado, a qualquer título.

Art. 338 - A remuneração do Vice-Prefeito deverá observar correlação com as funções, atribuições e responsabilidades que lhe forem atribuídas na Administração Municipal.

Art. 339 - Ao Servidor Público, investido no mandato de Prefeito, é facultado optar pela remuneração de seu cargo, emprego ou função (art. 38, II, CF).

CAPÍTULO III

Das Licenças

Art. 340 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando em exercício, não poderão ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, sem autorização da Câmara Municipal, sob pena de cassação de mandato.

Art. 341 - A licença do cargo de Prefeito poderá ser concedida pela Câmara, mediante solicitação expressa do Chefe do Executivo nos seguintes casos:

- I - por motivo de doença, devidamente comprovada por médico;
- II - em licenças gestantes;
- III - em razão de serviço ou missão de representação do Município;
- IV - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado.

§ 1º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como se em exercício estivesse, o Prefeito licenciado nos termos dos incisos I a III, deste artigo.

Art. 342 - O pedido de licença do Prefeito obedecerá à seguinte tramitação:

I - recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocará, em 24 (vinte e quatro) horas, reunião da Mesa, para transformar o pedido do Prefeito em Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do solicitado;

II - elaborado o Projeto de Decreto Legislativo pela Mesa, o Presidente convocará, se necessário, sessão extraordinária, para que o pedido seja imediatamente deliberado;

III - o Decreto Legislativo, concessivo de licença ao Prefeito, será discutido e votado em turno único, tendo preferência regimental sobre qualquer matéria;

IV - o Decreto Legislativo, concessivo de licença ao Prefeito, será considerado aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

CAPÍTULO IV

Da Extinção do Mandato

Art. 343 - Extingue-se o mandato do Prefeito e assim será declarado pelo Presidente da Câmara Municipal quando:

I - ocorrer o falecimento, a renúncia expressa ao mandato, a condenação por crime funcional ou eleitoral ou a perda ou suspensão dos direitos políticos;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

II - incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação para isso promovida pelo Presidente da Câmara Municipal;

III - deixar de tomar posse sem motivo justo aceito pela Câmara, na data prevista.

§ 1º - Considera-se formalizada a renúncia e, por conseguinte, como tendo produzido todos os seus efeitos para fins de extinção do mandato, quando protocolada na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal.

§ 2º - Ocorrido e comprovado o fato que ensejou a extinção, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da Ata a declaração da extinção do mandato, convocando o substituto legal para a posse.

§ 3º - Se a Câmara Municipal estiver em recesso, será imediatamente convocada pelo seu Presidente, para os fins do parágrafo anterior.

Art. 344 - O Presidente que deixar de declarar a extinção ficará sujeito às sanções de perda do cargo e proibição de nova eleição para cargo da Mesa durante a legislatura.

CAPÍTULO V **Da Cassação do Mandato**

Art. 345 - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão processados e julgados:

I - pelo Tribunal de Justiça do Estado nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos termos da legislação Federal aplicável (art. 29, VIII, CF);

II - pela Câmara Municipal, nas infrações político-administrativas, nos termos da lei, assegurados, dentre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes e a decisão motivada que se limitará a decretar a cassação do mandato.

Art. 346 - São infrações político-administrativas, nos termos da lei:

I - deixar de apresentar declaração pública de bens, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

II - impedir o livre e regular funcionamento da Câmara Municipal;

III - impedir o exame de livros e outros documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços por Comissões de Investigação da Câmara, ou auditoria regularmente constituída;

IV - desatender, sem motivo justo, os pedidos de informações da Câmara Municipal, quando formulados de modo regular;

V - retardar a regulamentação e a publicação ou deixar de publicar leis e atos sujeitos a essas formalidades;

IV - deixar de enviar à Câmara Municipal, no tempo devido, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais e outros cujos prazos estejam fixados em lei;

VII - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VIII - praticar atos contra expressa disposição de lei ou omitir-se na prática daqueles de sua competência;

IX - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

X - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido pela Lei Orgânica, salvo licença da Câmara Municipal;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

XI - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

XII - não entregar os duodécimos à Câmara Municipal, conforme previsto em lei.

Parágrafo Único - Sobre o substituto do Prefeito incidem as infrações político-administrativas de que trata este artigo, sendo-lhe aplicável o processo pertinente, ainda que cessada a substituição.

Art. 347 - Nas hipóteses previstas no artigo anterior, o processo de cassação obedecerá ao seguinte rito:

I - a denúncia, contendo a exposição dos fatos, a indicação das provas, será dirigida ao Presidente da Câmara e poderá ser apresentada por qualquer cidadão, Vereador local, partido político com representação na Câmara ou entidade legitimamente constituída há mais de 1 (um) ano;

II - se o denunciante for Vereador, não poderá participar, sob pena de nulidade, da deliberação plenária sobre o recebimento da denúncia e sobre o afastamento do denunciado, da Comissão Processante, dos atos processuais e do julgamento do acusado, caso em que o Vereador impedido será substituído pelo respectivo suplente, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;

III - se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência a seu substituto legal, para os atos do processo e somente votará, se necessário, para completar "quorum" do julgamento;

IV - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara determinará expedição de ofício ao investigado para informações preliminares no prazo de 30 dias. Após, com a denúncia e defesa preliminar, o Presidente determinará dia para sua leitura em sessão ordinária, consultando o Plenário sobre o seu recebimento.

****Inciso IV, do art. 348 (agora 347), com redação dada pela Resolução nº198, de 27 de março de 2018.***

V - decidido o recebimento da denúncia pela maioria absoluta dos membros da Câmara, na mesma sessão será constituída na mesma sessão a Comissão Processante integrada por 3 (três) Vereadores, indicados pelo Presidente da Câmara, observada a proporcionalidade partidária ou de blocos, os quais elegerão desde logo o presidente, relator e membro.

****Inciso V, do art. 348 (agora 347), com redação dada pela Resolução nº198, de 27 de março de 2018.***

VI - havendo apenas 3 (três) ou menos Vereadores desimpedidos, os que se encontram nessa situação comporão a Comissão Processante, preenchendo-se, quando for o caso, as demais vagas através de sorteio entre os Vereadores que, inicialmente, encontravam-se impedidos;

VII - a Câmara somente poderá afastar o Prefeito, após parecer prévio da Comissão Processante assegurada a ampla defesa, por voto de 2/3 dos membros da Câmara.

****Inciso VII, do art. 348 (agora 347), com redação dada pela Resolução nº198, de 27 de março de 2018.***

VIII – aprovado o recebimento da denúncia, adotar-se-á o seguinte procedimento:

a) dentro de 30 dias o Presidente dará início aos trabalhos da Comissão Processante;

b) como primeiro ato, o Presidente determinará a notificação do denunciado, mediante remessa de cópia da denúncia e dos documentos que a instruem;

c) uma vez notificado, o denunciado terá o direito de apresentar defesa prévia por escrito, no prazo de 20 dias, indicando e arrolando testemunhas até o máximo de dez;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

d) findo o prazo antecedente, a comissão terá o prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período, para emitir parecer, opinando pelo arquivamento ou prosseguimento da denúncia;

**Inciso VII e alíneas a); c); e d), do art. 348 (agora 347), com redação dada pela Resolução nº198, de 27 de março de 2018.*

e) decorrido o prazo de 10 (dez) dias, com a defesa prévia ou sem ela, a Comissão Processante emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou pelo arquivamento da denúncia;

f) se o parecer opinar pelo arquivamento, será submetido a Plenário que, pela maioria dos presentes poderá aprová-lo, caso em que será arquivado, ou rejeitá-lo, hipótese em que o processo terá prosseguimento;

g) se a Comissão opinar pelo prosseguimento do processo ou se o Plenário não aprovar seu parecer de arquivamento, o Presidente da Comissão dará início à instrução do processo, determinando os atos, diligências e audiências que se fizerem necessárias para o depoimento e inquirição das testemunhas arroladas;

h) o denunciado deverá ser intimado de todos os atos processuais, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa, sob pena de nulidade do processo.

IX - concluída a instrução do processo, será aberta vista do mesmo ao denunciado, para apresentar razões escritas no prazo de 5 (cinco) dias, vencido o qual, com ou sem razões do denunciado, a Comissão Processante emitirá parecer final, opinando pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento;

X - na sessão de julgamento que só poderá ser aberta com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, o processo será lido integralmente pelo relator da Comissão Processante e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se, verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um e, ao final, o acusado ou seu procurador disporá de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

XI - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia, considerando-se afastado definitivamente do cargo o denunciado que for declarado incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia, pelo voto de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara;

XII - concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará, imediatamente, o resultado e fará lavrar a Ata na qual se consignará a votação nominal sobre cada infração;

XIII - havendo condenação, a Mesa da Câmara expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação de mandato, que será publicado na imprensa oficial e, no caso de resultado absolutório, o Presidente da Câmara determinará o arquivamento do processo, devendo, em ambos os casos, comunicar o resultado à Justiça Eleitoral.

Art. 348 - O processo a que se refere este Capítulo deverá ser concluído num prazo máximo de 180 dias, prorrogável por igual período, mediante despacho fundamentado, contados da data em que se efetivar a notificação do denunciado.

§ 1º. O arquivamento do processo de cassação, por falta de conclusão no prazo acima, impede nova denúncia sobre os mesmos fatos, assegurando-se, contudo, eventual denúncia nos órgãos judiciais.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

§ 2º. Os prazos processuais são computados em dias úteis.

** Art.. 349 (agora 348) e §§ 1º e 2º, com redação dada pela Resolução nº198, de 27 de março de 2018.*

TÍTULO XIII Do Regimento Interno

CAPÍTULO ÚNICO Dos Precedentes Regimentais e Reforma do Regimento

Art. 349 - Os casos não previstos neste Regimento serão submetidos ao Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais, mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 350 - As interpretações do Regimento serão feitas pelo Presidente da Câmara em assunto controvertido e somente constituirão precedentes regimentais a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 351 - Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Art. 352 - O Regimento Interno poderá ser alterado ou reformado através de Projeto de Resolução de iniciativa de qualquer Vereador, da Mesa ou de Comissão.

§ 1º - A apreciação do projeto de alteração ou reforma do Regimento obedecerá às normas vigentes para os demais projetos de Resolução e sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º - Ao final de cada Sessão Legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as alterações procedidas no Regimento Interno, bem como os precedentes regimentais aprovados, fazendo-os publicar em separado.

§ 2º do art. 253 com redação dada pela Resolução n.212, de 09/12/20.

TÍTULO XIV Disposições Finais

Art. 353 - Os prazos previstos neste Regimento não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 1º - Excetuam-se, ao disposto neste artigo, os prazos relativos às matérias, objeto de convocação extraordinária da Câmara, e os prazos estabelecidos às Comissões Processantes.

§ 2º - Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

§ 3º - Na contagem dos prazos regimentais observar-se-ão, no que for aplicável, as disposições da legislação processual civil.

Art. 354 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

(Revogação do Art. 309 e renumeração dos demais em conformidade com o Art. 2º da Resolução nº 212, de 09/12/20.)

Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 16 de dezembro de 1991.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

VEREADORA ANA SALETE DE OLIVEIRA CAVLCANTI
Presidente

Registrada na Secretaria e afixada, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

FRANCISCO VALDEVINO COSMO
Diretor Interino da Secretaria

VEREADOR ARMANDO PEGORARI
Vice-Presidente

VEREADOR ANTONIO APARECIDO RODRIGUES DOS SANTOS
Primeiro-Secretário

VEREADOR ANTONIO MAURICIO HOSSRI
Segundo-Secretário

VEREADORES:

AMAUURI JORGE DE ALMEIDA

ANTONIO CARLOS BODINI

DEOCLÉCIO DE OLIVEIRA NETO

ENIVALDO ANTONIO LOBO

GILSON TONIETTI

JOÃO BATISTA FERNANDES

JOSÉ APARECIDO GRANZOTTI

MARIA AUXILIADORA ZANIN

ORIOVALDO VENTURINI

PLINIO PARIZIO

VALDIR ANTONIO PARISI